Problemas de Historiografia Helenística

Autor(es): Sebastiani, Breno Battistin (coord.); Rodrigues Jr., Fernando (coord.); Silva, Bárbara da Costa e (coord.)

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/47268>

DOI: DOI:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1768-8>

Accessed : 30-Aug-2019 13:41:13

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas
supplementum

Problemas de Historiografia Helenística

Breno Battistin Sebastiani,
Fernando Rodrigues Jr.,
Bárbara da Costa e Silva (coords.)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HVMANITAS SVPPLEMENTVM • ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

Apresentação: esta série destina-se a publicar estudos de fundo sobre um leque variado de temas e perspectivas de abordagem (literatura, cultura, história antiga, arqueologia, história da arte, filosofia, língua e linguística), mantendo embora como denominador comum os Estudos Clássicos e sua projeção na Idade Média, Renascimento e recepção na atualidade.

Breve nota curricular sobre os coordenadores do volume

Breno Battistin Sebastiani é Professor Associado de Grego Antigo na Universidade de São Paulo. Possui Doutorado em História pela mesma Universidade. Coordenou com O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) o livro *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); é autor de *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); traduziu a obra completa de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); e tem escrito regularmente sobre Tucídides, Políbio, narrativa grecolatina, historiografia grega, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos.

Fernando Rodrigues Junior possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2001), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2010), com estágio de pesquisa realizado na Universidade de Oxford entre 2008 e 2009. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no King's College London entre 2013 e 2014. É professor da Universidade de São Paulo desde 2004. É coordenador do grupo de pesquisa Hellenística, cadastrado no CNPq, voltado ao estudo da produção literária do período helenístico e responsável pela organização bienal da Semana de Estudos sobre o Período Helenístico. Tem experiência na área de Letras Clássicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Helenística, Epopéia, Calímaco, Apolônio de Rodas, Teócrito, Poesia Bucólica e Epigrama.

Bárbara da Costa e Silva é doutoranda em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente desenvolve pesquisa cujo foco é o estudo da recepção de Menandro em textos escolares dos séculos IV - VI d.C. Seus interesses são: comédia nova, retórica greco-latina (discursos e tratados), história da Retórica, a influência da retórica na poesia greco-latina, retórica escolar (declamações e tratados) e recepção da poesia clássica grega em textos retóricos tardios.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

ASSISTENTES EDITORIAIS
EDITORIAL ASSISTANTS

Teresa Nunes
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Carlos Leonardo Bonturim Antunes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Christian Werner
Universidade de São Paulo

Leonardo Medeiros Vicira
Universidade Federal da Bahia

Lucia Sano
Universidade Federal de São Paulo

Martinho Tomé Martins Soares
Universidade de Coimbra

Rafael de Carvalho Matiello Brunhara
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TODOS OS VOLUMES DESTA SÉRIE SÃO SUBMETIDOS A ARBITRAGEM CIENTÍFICA INDEPENDENTE.

Problemas de Historiografia Helenística

Breno Battistin Sebastiani, Fernando
Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva
(coords.)

Universidade de São Paulo

IMPrensa da Universidade de Coimbra
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

PROBLEMAS DE HISTORIOGRAFIA HELENÍSTICA

PROBLEMS OF HELLENISTIC HISTORIOGRAPHY

COORDS. EDS.

Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto Contact

imprensa@uc.pt

Vendas online Online Sales

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial Editorial Coordination

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica Graphics

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia Infographics

Nelson Ferreira

Impressão e Acabamento Printed by

KDP

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-1767-1

ISBN Digital

978-989-26-1768-8

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1768-8>

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
POCI/2010

Projeto UID/ELT/00196/2019 - Centro de Estudos
Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

© Agoato 2019

Imprensa da Universidade de Coimbra

Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis

<http://classicadigitalia.uc.pt>

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

Trabalho publicado ao abrigo da Licença This work is licensed under
Creative Commons CC-BY (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/pt/legalcode>)

PROBLEMAS DE HISTORIOGRAFIA HELENÍSTICA

PROBLEMS OF HELLENISTIC HISTORIOGRAPHY

COORDENADORES EDITORS

Breno Battistin Sebastiani, Fernando Rodrigues Jr., Bárbara da Costa e Silva (coords.)

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de São Paulo

RESUMO

Alguns dos textos reunidos no presente livro decorrem do evento internacional “Jornada de Historiografia Helenística: novas abordagens teórico-metodológicas”, realizado no DLCV/FFLCH/USP e no MAE/USP entre os dias 15 e 16 de setembro de 2016. Tanto o evento quanto o livro problematizam de saída, por seus formatos, a noção mesma de “helenismo” em que se escoram: ambos a tomam na acepção cronológica ampla tal qual proposta por Droysen na *Vorrede* de 1836, isto é, a de um período da antiguidade que se estenderia aproximadamente desde a morte de Alexandre em 323 a.C. até a fundação de Constantinopla em 330 a.C.

PALABRAS-CLAVE

Historiografia Helenística; Helenismo; Políbio.

ABSTRACT

Some of the texts gathered in this book were produced for the international event "Hellenistic Historiography: new theoretical-methodological approaches", held at DLCV / FFLCH / USP and MAE / USP between September 15 and 16, 2016. Both the event and the book problematize by their formats, the very notion of "Hellenism" in which they are based: both take it in the broad chronological sense as proposed by Droysen in the *Vorrede* of 1836, that is, a period of antiquity which would extend approximately from the death of Alexander in 323 BC until the founding of Constantinople in 330 BC.

Keywords

Hellenistic Historiography; Hellenism; Polybius.

COORDENADORES

Breno Battistin Sebastiani é Professor Associado de Grego Antigo na Universidade de São Paulo. Possui Doutorado em História pela mesma Universidade. Coordenou com O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) o livro *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); é autor de *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); traduziu a obra completa de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); e tem escrito regularmente sobre Tucídides, Políbio, narrativa grecolatina, historiografia grega, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos.

Orcid ID: 0000-0002-3777-6086 (sebastiani@usp.br)

Fernando Rodrigues Junior possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2001), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2010), com estágio de pesquisa realizado na Universidade de Oxford entre 2008 e 2009. Realizou pesquisa de Pós-doutorado no King's College London entre 2013 e 2014. É professor da Universidade de São Paulo desde 2004. É coordenador do grupo de pesquisa Hellenística, cadastrado no CNPq, voltado ao estudo da produção literária do período helenístico e responsável pela organização anual da Semana de Estudos sobre o Período Helenístico. Tem experiência na área de Letras Clássicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Helenística, Epopéia, Calímaco, Apolônio de Rodas, Teócrito, Poesia Bucólica e Epigrama.

Orcid ID: 0000-0002-4481-2364 (fernandorodriguesjr@yahoo.com.br)

Bárbara da Costa e Silva é doutoranda em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente desenvolve pesquisa cujo foco é o estudo da recepção de Menandro em textos escolares dos séculos IV - VI d.C. Seus interesses são: comédia nova, retórica greco-latina (discursos e tratados), história da Retórica, a influência da retórica na poesia greco-latina, retórica escolar (declamações e tratados) e recepção da poesia clássica grega em textos retóricos tardios.

Orcid ID: 0000-0002-0703-3791 (barbara.costa.silva@usp.br)

EDITORS

Breno Battistin Sebastiani is Associate Professor of Ancient Greek at the University of São Paulo. He has a PhD in history from the same university; he co-edited with O. Devillers (U. Bordeaux Montaigne) the book *Sources et modèles des historiens anciens* (Bordeaux, Ausonius, 2018); he is the author of *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2017); he translated the complete books of Polybius (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas*, São Paulo, Perspectiva, 2016); and he has regularly written on Thucydides, Polybius, Greco-Roman narrative, Greek historiography, ancient political thinking and reception of/in classical texts.

Fernando Rodrigues Junior holds a degree in Letters from the University of São Paulo (2001), a Master's Degree in Letters (Classical Letters) by the University of São Paulo (2005) and a PhD in Letters (Classical Letters) by the University of São Paulo (2010), and conducted a research internship at the University of Oxford between 2008 and 2009. He has done post-doctoral research at King's College London between 2013 and 2014. He is a professor at the University of São Paulo since 2004. He is the coordinator of the Hellenistica research group, registered at CNPq, literary production of the Hellenistic period and responsible for the biennial organization of the Week of Studies on the Hellenistic Period. Has experience in the area of Classical Literature, working mainly on the following themes: Hellenistic Literature, Epic, Calimach, Apollonius of Rhodes, Theocritus, Bucolic Poetry and Epigrama.

Bárbara da Costa e Silva is PhD student in Classical Literature from the University of São Paulo (USP). She is currently developing research whose focus is the study of the reception of Menander in school texts from the IV - VI centuries AD. Her interests are: new comedy, Greco-Latin rhetoric (discourses and treatises), history of Rhetoric, the influence of rhetoric on Greco-Latin poetry (discourses and treatises) Latin, school rhetoric (recitals and treatises) and reception of classical Greek poetry in late rhetorical texts.

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
L'IDEA DELLA <i>TRANSLATIO IMPERII</i> NELLA STORIOGRAFIA ELLENISTICA E ROMANA: UN MODELLO INTERPRETATIVO FRA STORIA E PROPAGANDA POLITICA (The idea of <i>translatio imperii</i> in Hellenistic and Roman historiography: a key to interpretation between history and political propaganda) Francesca Gazzano	13
NEM BÁRBAROS E NEM HELENOS: OS MACEDÔNIOS DO SEC. IV A.C. COMO TERCEIRA CATEGORIA EM PLUTARCO (Neither Barbarians nor Hellenes: the Macedonians of the 4th century BC as a third category in Plutarch) Rainer Guggenberger	43
POLÍBIO E A ETNICIDADE (Polybius and Ethnicity) Erich S. Gruen	81
MEMORIA, HISTORIA AQUEA Y AUTOBIOGRAFÍA EN LAS HISTORIAS DE POLIBIO: ALGUNAS OBSERVACIONES (Memory, Achaean History, and Autobiography in the Histories of Polybius: Some Remarks) Álvaro M. Moreno Leoni	103
A POLÊMICA DO LIVRO XII DE POLÍBIO E OS TEMPOS HISTÓRICOS (The controversy surrounding Polybius' Book XII and the Historical Times) Daniel Barbo	121
<i>INVENTIO</i> E <i>DISPOSITIO</i> NO DEBATE SENATORIAL DE <i>BELLUM CATILINAE</i> 50. 4-52, DE SALÚSTIO (<i>Inventio</i> and <i>dispositio</i> in the senatorial debate of Sallust's <i>Bellum Catilinae</i> 50. 4-52) Adriano Scatolin	143
LA REPRESENTACIÓN DE LOS ETRUSCOS EN <i>AB URBE CONDITA</i> . UN ESTADO DE LA CUESTIÓN. (Etruscan representation in <i>Ab urbe condita</i> . A state of the question.) Agustín Moreno	161
<i>SI REPARATA DICI POTEST LIBERTATE DEPOSITA</i> . AUGUSTO E A DECADÊNCIA DE ROMA NA HISTÓRIA AUGUSTA (<i>Si reparata dici potest libertate deposita</i> : Augustus and the decadence of Rome in the Historia Augusta.) Moisés Antiqueira	177

DÍON CÁSSIO: UM HISTORIADOR NO REINO DE FERRO (Cassius Dio: a Historian Under a Reign of Iron) Anderson Martins Esteves	193
THE DESTRUCTION OF IMPERIAL WRITINGS IN LATE-ANTIQUE HISTORIOGRAPHIC NARRATIVES Luise Marion Frenkel	209
INDEX	231

INTRODUÇÃO

Alguns dos textos reunidos no presente livro decorrem do evento internacional “Jornada de Historiografia Helenística: novas abordagens teórico-metodológicas”, realizado no DLCV/FFLCH/USP e no MAE/USP entre os dias 15 e 16 de setembro de 2016. Tanto o evento quanto o livro problematizam de saída, por seus formatos, a noção mesma de “helenismo” em que se escoram: ambos a tomam na acepção cronológica ampla tal qual proposta por Droysen na *Vorrede* de 1836, isto é, a de um período da antiguidade que se estenderia aproximadamente desde a morte de Alexandre em 323 a.C. até a fundação de Constantinopla em 330 a.C.¹

Participaram do evento conferencistas do Brasil e do exterior cujas pesquisas têm por objeto problemáticas relativas à historiografia helenística. Dentre os textos a seguir, os de F. Gazzano, A. Leoni e A. Scatolin derivam das respectivas apresentações discutidas durante a Jornada. Ao lado desses, outros textos provêm de especialistas que, embora não tenham participado do evento, são reconhecidos nacional e internacionalmente por seus trabalhos com o tema. São eles os de R. Guggenberger, E. Gruen, D. Barbosa, A. Moreno, M. Antikeira, A. Esteves e L. Frenkel. Este livro almeja contribuir com reflexões sobre abordagens inovadoras em relação à temática subjacente a todos os textos ainda que, ou sobretudo porque, restrito a alguns historiadores antigos.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. A todos os contribuintes deixamos registrada publicamente nossa gratidão, bem como à FAPESP (Proc. 2016/08951-2), sem cujo apoio o evento não teria sido realizado, e à Imprensa da Universidade de Coimbra, por acolher prontamente a publicação.

Os organizadores

¹ Cf. Sebastiani, B. B. (2015), “Droysen’s concept of Hellenism between philology and history”, *Aitia* 5 <<https://journals.openedition.org/aitia/1336>>.

(Página deixada propositadamente em branco)

**L'IDEA DELLA *TRANSLATIO IMPERII* NELLA STORIOGRAFIA
ELLENISTICA E ROMANA: UN MODELLO INTERPRETATIVO FRA
STORIA E PROPAGANDA POLITICA¹**

**(The idea of *translatio imperii* in Hellenistic and Roman historiography: a
key to interpretation between history and political propaganda)**

FRANCESCA GAZZANO
Università di Genova
(ORCID: 0000-0002-5593-739X)

ABSTRACT: Fondandosi sulla disamina delle numerose testimonianze, presenti nelle fonti greche e latine, relative alla successione degli imperi d'Asia e delle egemonie greche, il saggio intende offrire alcune osservazioni sull'evoluzione di questo paradigma, storico e storiografico, in epoca ellenistica e romana. Particolare attenzione è rivolta alla posizione, all'interno delle varie liste, assegnata agli imperi Macedone e Romano, dal momento che entrambi potevano essere considerati l'anello di congiunzione principale fra le diverse "catene". Il contributo si propone di valutare come gli storici utilizzassero questo schema e come la *translatio imperii* fosse sfruttata con finalità ideologiche.

PAROLE CHIAVE: Storiografia greca; *translatio imperii* (successione degli imperi); impero macedone; impero romano; Asia/Europa

ABSTRACT: Focusing on the rich evidence, in Greek and Roman authors, about the succession of the Asiatic empires and of the Greek hegemonies, this essay offers some observations about the evolution of this historical and historiographical paradigm in Hellenistic and Roman times. A special attention is devoted to the place assigned to the Macedonian and to the Roman empires, as far as they were considered, on a case-by-case basis, the most crucial link between the different chains. The paper aims at evaluating how historians dealt with the theme and how the *translatio imperii* was exploited to serve also an ideological purpose.

KEY WORDS: Greek historiography; *translatio imperii* (succession of empires); Macedonian empire; Roman empire; Asia/Europe

¹ Una versione preliminare di questo lavoro è stata presentata a Parigi, all'Université Paris-Sorbonne, nel marzo del 2013, nell'ambito del *Séminaire d'Histoire romaine* dell'amico e collega Giusto Traina, al quale sono grata per il confronto e per i numerosi spunti di riflessione che mi ha offerto. Ringrazio ora di cuore gli amici Breno Battistin Sebastiani e Fernando Rodrigues Jr. per l'invito e la loro meravigliosa ospitalità. Grazie anche ad Álvaro Moreno Leoni per le "chiacchierate scientifiche", che mi hanno sollecitato a tornare su alcuni aspetti, e agli intervenuti, per il loro contributo alla discussione. *Last but not least*, grazie a Walter Lapini, per non essersi ancora stancato di leggere in anteprima le mie pagine.

INTRODUZIONE

Secondo l'opinione prevalente degli studiosi, gli Antichi (Orientali, Greci, Romani) elaborarono, nella storiografia e più genericamente nella letteratura, una vera e propria teoria della successione degli imperi². Secondo questa visione della storia, la vicenda millenaria dell'umanità sarebbe stata scandita da una serie di tentativi, da parte di grandi potenze, di ottenere un dominio universale attraverso la conquista e la sottomissione, talvolta pacifica, ma più spesso violenta, delle potenze rivali. Ciò avrebbe determinato una sorta di catena di imperi che si sarebbero succeduti l'uno all'altro senza soluzione di continuità: secondo la felice definizione di Federicomaria Muccioli³, «la *translatio imperii* [...] è una vera e propria categoria interpretativa della storia mondiale».

Nel corso del tempo, inoltre, questa tematica storiografica sembra svilupparsi e diffondersi tanto da diventare un vero e proprio *topos* letterario, di cui gli autori si servirono però con modalità diverse, e con obiettivi talvolta diametralmente opposti: e ciò avvenne, in particolare, quando l'ascesa della potenza romana e la sua espansione nel Mediterraneo orientale, e poi in Asia, alimentarono un dibattito politico e storiografico sull'"universalità" dell'impero romano, nei confronti dapprima delle monarchie ellenistiche, eredi dell'impero di Alessandro Magno, quindi dell'impero "asiatico" dei Parti.

Come si può vedere dalla rassegna proposta nell'*Appendice*⁴, le fonti che, da un'epoca all'altra, menzionarono la successione degli imperi sono molto numerose: a prescindere dal problema – tuttora aperto – dell'origine del paradigma, se fosse cioè un'invenzione greca, o se avesse precedenti orientali⁵, interessa qui sottolineare anzitutto la persistenza e la diffusione di questo schema interpretativo della storia sia nelle fonti greche, dall'età classica all'epoca romana, sia nelle letterature orientali, sia infine fra gli autori di lingua latina⁶. In linea molto generale, due appaiono le tendenze più significative nell'impiego della *translatio imperii*: da un lato, il rapporto della successione degli imperi con la storiografia universale, dall'altro quello con l'imperialismo romano.

² Vd. Swain 1940; Mendels 1981; Alonso Núñez 1998a; Mazza 1999. Al tema degli imperi e della loro definizione e successione sono stati dedicati in anni recenti alcuni volumi collettanei, ai contributi dei quali (citati singolarmente nelle note *infra*) si rimanda qui per ulteriori riferimenti: Alcock et al., 2001; Foraboschi, Pizzetti 2003; Lanfranchi, Roaf, Rollinger 2003; Gnoli, Muccioli 2007; Morris, Scheidel 2009; Cresci, Gazzano 2018.

³ Muccioli 2005: 183.

⁴ Vd. oltre, *Appendice*.

⁵ L'origine greca del canone degli imperi è ipotizzata e.g. da Momigliano 1982b, Asheri 2003; di contro, a un'origine orientale pensano Lanfranchi 2003; Mora 2003; Haubold 2013: 78-98. In merito, vd. ora Mari 2018.

⁶ Le fonti in lingua greca e latina sono elencate in *Appendice*. Sulle tradizioni orientali vd. *infra*.

La prima tematica, fondamentale nella storiografia greca, appare individuabile già nell'opera erodotea (V secolo a.C.)⁷, e – nonostante lo stato frammentario della documentazione disponibile – affiora spesso in quel che sopravvive di numerosi storici successivi, da Ctesia di Cnido a colui che è convenzionalmente ritenuto l'“inventore” della storiografia universale, Eforo di Cuma (IV secolo a.C.)⁸, per giungere fino a Polibio e a svariati autori di età ellenistica e romana⁹. Fra questi ultimi, in particolare, il tema compare – e non per un mero caso – negli storici dell'epoca di Cesare e poi di Augusto, come Nicola di Damasco, Diodoro e il romano Pompeo Trogo, tutti, infatti, autori di *Storie* programmaticamente “universali”¹⁰. Come la critica moderna ha più volte ribadito, la presenza del canone della “successione degli imperi” e/o della parallela “lista delle egemonie greche”¹¹, all'interno delle storie universali (o di respiro universalistico, come già quella erodotea e poi soprattutto quella polibiana¹²) risulta in certo senso connotata alle finalità e agli obiettivi di questo filone storiografico: per un verso, la *translatio imperii* da una potenza all'altra consentiva allo storico di inquadrare più ordinatamente gli eventi, specialmente per le epoche più antiche, all'interno di una griglia cronologica costituita appunto dalla sequenza pressoché ininterrotta degli imperi, ciascuno con una propria durata ed estensione¹³; per un altro verso, e forse più significativamente, offriva all'autore una linea esegetica, orientata secondo una chiave di lettura non tanto ideologica, quanto piuttosto moralistica, o moralizzante. Osserva John Marincola: «the format of universal history is ideal for creating patterns [...] where later events and individuals can be interpreted in light of their predecessors»¹⁴; di fatto, la *translatio* da una potenza all'altra poneva allo storico il problema delle ragioni dell'ascesa e, soprattutto, della caduta degli

⁷ Vd. e.g. Alonso Núñez 1988; Asheri 2003.

⁸ Vd. Plb. 5. 33. 2; cf. 9. 1. 4; 34. 1. 3. Su Eforo vd. in generale soprattutto Parmeggiani 2011, e ora le considerazioni critiche di Tully 2014.

⁹ Per un quadro generale vd. Mazzarino 1966; Momigliano 1982a; Alonso Núñez 1990; Id. 2002; Clarke 1999; Ead. 2008; Marincola 2007: 171-179; Liddell, Fear 2010; Parmeggiani 2014.

¹⁰ Su Nicola vd. soprattutto Alonso Núñez 2002: 98-100; Parmentier 2011; quanto a Diodoro, vd. e.g. Corsaro 1998-1999; Muccioli 2005; Clarke 2008: 121-139; Sheridan 2010; Tully 2014. Su Pompeo Trogo, oltre ad Alonso Núñez 1992, vd. ora i numerosi saggi contenuti in Beazort, Landucci 2014 e 2015; Galimberti, Zecchini 2016, volumi il cui *focus* è su Giustino, l'epitomatore di Trogo.

¹¹ Sul parallelo imperi/egemonie vd. *infra*.

¹² La tensione “universalistica” delle *Storie* erodotee è ben individuata da Asheri 1997⁴: xxxvii-xlviii. Vd. anche Vattuone 1998; Vannicelli 2001; Engels 2008. Che Polibio concepisse la sua opera come storia universale è ben noto, e testimoniato dallo storico stesso in un famoso passo (5. 33. 2) in cui individuava in Eforo il suo solo predecessore in questa prospettiva: su questo giudizio vd. ora Parmeggiani 2011: 709-730; Tully 2014. Su Polibio come storico universale vd. in particolare Alonso Núñez 2002: 72-80; Walbank 2002: 6-10, con discussione delle diverse correnti interpretative, e ora Hartog 2010, con bibliografia precedente.

¹³ Vd. Asheri 2003; Marincola 2007: 171-172.

¹⁴ Marincola 2007: 178.

imperi, permettendo di conseguenza l'elaborazione di una filosofia della storia, utile a spiegare una determinata evoluzione degli avvenimenti: basti pensare al ruolo che i concetti di *hybris*, di dismisura, o di *tryphé* (lusso eccessivo), rivestono nella storiografia greca nell'individuazione delle cause della decadenza e della scomparsa dei grandi imperi¹⁵.

Quanto, d'altra parte, al rapporto fra la successione degli imperi e l'imperialismo romano, si tratta di questione ampiamente indagata¹⁶; tale connessione ebbe fortuna soprattutto in Grecia e nell'Oriente ellenizzato, regioni storicamente sensibili al problema delle modalità delle relazioni di dipendenza e di dominio. In particolare, il ruolo di Roma nel contesto della successione delle potenze universali trovò spazio – lo si vedrà meglio – sia nelle opere di autori greci di età romana come Dionigi di Alicarnasso, Strabone, Appiano e poi Elio Aristide, sia di lingua latina come l'enigmatico Emilio (Mamilio?) Sura e ancora una volta Pompeo Trogo: tutti costoro sembrano condividere un impiego del canone degli imperi e della loro successione in un senso più scopertamente ideologico, ora in funzione di una giustificazione dell'"universalità" dell'impero romano, ora – al contrario – per negare a Roma lo status di impero universale sulla base dell'esistenza di altri antagonisti, *in primis* i Parti.

Infine – ma questo aspetto non verrà considerato, se non per sommi capi – va ricordato che la successione degli imperi trova spazio anche nell'Antico Testamento, in particolare nel *Libro di Daniele*¹⁷, del II secolo a.C., e in altri testi, quali la "profezia dinastica babilonese", il III libro degli *Oracoli sibillini*, e il cosiddetto *Oracolo di Istaspe*, tutti di età ellenistico-romana¹⁸. Rispetto alla letteratura greco-latina, tuttavia, il "modello orientale" presenta differenze sostanziali: in primo luogo, mentre gli autori greci e romani, senza alcuna eccezione, impiegano tutti la lista degli imperi nello stesso modo, diretto ed esplicito, con i detentori del potere "imperiale" chiaramente identificati, diversamente nelle fonti orientali l'idea della successione degli imperi è sempre adombrata in modo criptico, attraverso il ricorso a sogni, visioni, oracoli e profezie (il più delle volte, naturalmente, *ex eventu*); gli imperi non vengono mai individuati per nome, ma l'interpretazione è soggettiva, e dipende da una serie di indizi più o meno formalizzati. Inoltre, l'impostazione di tale letteratura è essenzialmente teleologica; per non fare che un esempio, il capitolo 2 del *Libro di Daniele* narra la storia degli uomini nell'ottica della Rivelazione ultima e dell'avvento di Dio. Di contro, per gli autori classici la successione da un impero all'altro rappresenta insieme un

¹⁵ Vd. e.g. Clarke 1999: 256-261; Marincola 2007: 179.

¹⁶ Fra le discussioni più importanti e più recenti, oltre agli studi citati *supra*, nt. 2, vd. Gabba 1993; Ferrary 1988; Id. 1998; Alcock 1993; Woolf 2001; e, più in generale, Id. 2014.

¹⁷ Daniele 2. 26-47; 7. 1-27; 8. 1-26.

¹⁸ Su questi testi vd. in particolare Momigliano 1982b; De Boer 1985; Alonso Núñez 1998b; Mazza 1999; Mora 2003; Troiani 2003; Millar 2006 (capp. 3. 5); Fear 2010; Muccioli 2018.

point de repère cronologico, un orizzonte geo-politico e uno strumento critico per comprendere le cause storiche dell'ascesa e della caduta delle grandi potenze. Ciò, beninteso, non significa che non vi fosse relazione fra i due modelli, giacché entrambi furono utilizzati anche con intenti polemici analoghi, vale a dire in funzione pro o contro il dominio dei Macedoni e poi dei Romani¹⁹; tuttavia, non si tratta di tradizioni equivalenti, e non è parso opportuno equipararle. Pertanto, in quanto segue si prenderanno in esame solo le testimonianze greche e latine in cui gli imperi sono identificati ὀνομαστί, al fine di illuminare meglio, ci si augura, le differenti sfumature sottese alle varie testimonianze.

Anzitutto, un dato già a prima vista notevole è che, nonostante il naufragio di gran parte della letteratura di età ellenistica, si sono conservate, anche degli "storici perduti", non poche testimonianze concernenti proprio il canone degli imperi: se non si tratta di fortunata coincidenza, la persistenza del tema potrebbe aiutare a verificare se il suo utilizzo rispondesse a esigenze prevalentemente storiografiche o se non sia da escludere un proposito più concreto, connesso appunto con il dibattito sull'imperialismo romano, vivace fra gli intellettuali greci dapprima in età repubblicana, poi nell'epoca del passaggio fra la Repubblica e il Principato, ma con echi ancora in alcuni autori greci e latini di epoca pienamente imperiale.

L'EVOLUZIONE DEL TEMA

Per quanto dunque qui interessa, sarebbe necessario partire dalla testimonianza per noi più antica, vale a dire quella erodotea, in cui non è ancora presente una vera e propria "lista" degli imperi, ma che senza dubbio rappresenta un paradigma storiografico ed esegetico: sarà sufficiente, nondimeno, evidenziarne solo gli aspetti più importanti, dai quali derivano almeno in parte le letture successive. In termini generali, nelle *Storie* di Erodoto la scansione delle grandi monarchie orientali appare in primo luogo come uno strumento metodologico fondamentale per stabilire una griglia cronologica solida e in certo senso universalmente valida, in specie per gli eventi più antichi. Inoltre, la successione dei vari imperi e dei rispettivi sovrani permetteva di costruire un'architettura narrativa e insieme storica più affidabile, dando un centro di gravità – sia pur allogeno – agli eventi delle città greche, che come è noto non avevano una cronologia comune e condivisa²⁰. A distanza di una generazione, la successione degli imperi è utilizzata in modo già differente da Ctesia di Cnido, il cui interesse era centrato sulla Persia: a quanto si può evincere dai frammenti, la sua scelta dipendeva dalla necessità di mostrare le origini, l'importanza e l'universalità dell'impero degli Achemenidi²¹.

¹⁹ Sul primo aspetto vd. Muccioli 2005; per il secondo Mazza 1999; Millar 2006.

²⁰ Asheri 1997⁴: xxxvii-xxviii; Id. 2003, 13-14. Cf. anche Gazzano 2018.

²¹ Lenfant 2004: lvi-lxii; Lanfranchi 2011.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Un ulteriore slittamento nel ricorso al canone si riscontra a partire dalla *Storia universale* di Eforo di Cuma, dove la sequenza assume una duplice funzione, che si ritrova poi anche in Polibio, Diodoro, Nicola di Damasco, Dionigi di Alicarnasso e altri. Per un verso, la successione degli imperi è, come si accennava, funzionale all'impianto strutturale di una storia universale, per ragioni di impalcatura cronologica²²; per un altro, consente allo storico di inquadrare la realtà dei Greci di età ellenistica, con la crisi del modello politico-istituzionale della *polis*, in un orizzonte politico e militare più vasto²³. Infatti, dal IV secolo a.C. in poi i Greci appaiono "riuniti" – sia pur contro la loro volontà – per essere inseriti in un sistema "imperiale" straniero, prima macedone, poi romano. Ciò poneva agli storici un dilemma ulteriore: già in età classica, o tardo-classica, era stata elaborata una lista alternativa a quella degli imperi, vale a dire quella, anch'essa in sequenza cronologica, delle "egemonie" greche²⁴; dopo la conquista di Filippo e la creazione dell'impero di Alessandro, veniva a porsi il problema della continuità, e della legittimità della successione delle egemonie rispetto agli imperi "universali" dei Macedoni e dei Romani. Ed è infatti a partire dal II secolo a.C. che la doppia lista, imperi da un lato, egemonie dall'altro, sembra assumere un più pregnante valore ideologico. Il *dossier* delle testimonianze in merito, nondimeno, rivela un carattere complesso, perché in buona parte, come accennato, sotterraneo, o frammentario. Se, infatti, alcuni autori tardi menzionano i loro modelli precedenti, consentendo di recuperarne i frammenti, nulla prova tuttavia che l'intento e l'impianto ideologico della fonte che trasmette la lista di uno storico precedente fossero i medesimi della fonte stessa; di conseguenza, occorre la massima prudenza nella valutazione²⁵. Per tali ragioni, nell'*Appendice* si è scelto di presentare le testimonianze separatamente, in quattro categorie: le opere che menzionano solo la successione degli imperi, quelle che riportano la lista delle egemonie greche, quelle che citano entrambe, ma divise, e infine, la singolare – e originale – versione di Polibio, che è il primo autore, almeno a mia conoscenza, ad aver cercato di integrare le due diverse liste in un unico contesto, secondo un modello che non troverà però imitatori, se non il tardo Ampelio. Beninteso, questa classificazione è empirica, ma non è dettata solo da esigenze per così dire "statistiche"; infatti, la scelta di ogni autore di inserire o eliminare un impero o un'egemonia appare tutt'altro che banale.

²² Vd. soprattutto Alonso Núñez 2002.

²³ In questa prospettiva vd. Parmeggiani 2011: 724-726; Tully 2014.

²⁴ Vd. *infra*.

²⁵ I problemi posti dal rapporto frammento-trasmissore sono da qualche tempo oggetto di analisi e definizione da parte della critica, a partire in primo luogo dalle osservazioni di Schepens 1997; Id. 1998; Id. 2000, e dalla sua introduzione del concetto di *cover-text*, che ha in sostanza rivoluzionato l'approccio allo studio della storiografia frammentaria.

L'ASIA E L'IMPERO

Come si evince dalla rassegna delle liste di imperi (in *Appendice*, lista A), fino all'arrivo dei Romani nel Mediterraneo orientale, la sequenza appare piuttosto ripetitiva²⁶, e soprattutto identifica esplicitamente l'Asia come vera e propria "terra degli imperi". Si è già ricordato che il primo autore in cui compare una forma primitiva di *translatio imperii* è il greco Erodoto, che in alcuni passi menziona una sorta di passaggio del testimone fra Assiri e Medi prima, e poi fra Medi e Persiani (1. 95. 2). In un saggio di una quindicina d'anni fa, David Asheri aveva rilevato che, nonostante questa successione, il quadro erodoteo non è però lineare, perché altre potenze, per esempio Lidi e Sciti, svolgono una parte importante nella trasmissione dell'impero e complicano la transizione²⁷. Dell'articolazione della catena erodotea, e più in particolare del ruolo assegnato da alcune fonti successive ai Lidi in questo processo, mi sono occupata altrove, raggiungendo la conclusione che di fatto il regno di Creso – che non fu, né viene considerato, un impero di pari livello – assume però un certo rilievo nel canone della successione perché è solo con la conquista della Lidia che i Persiani, per primi, riuscirono a sottomettere un intero continente, aggiungendo l'Asia Minore ai loro domini nell'Asia superiore²⁸. La successione Assiri-Medi-Persiani, per la prima volta adombrata nelle *Storie*, diventa poi canonica: tuttavia, per il greco Erodoto, mentre il regno assiro e quello dei Medi appaiono potenze sì imperiali, ma ancora confinate all'Asia interna/superiore, è solo con la Persia di Ciro che s'instaura una dominazione di respiro "universale", in quanto – con l'unificazione di due entità geografiche, etniche e politiche fino ad allora separate (Asia minore e Asia interna) – i Persiani riuscirono ad estendere il loro potere su un intero continente (τὰ πάντα τῆς ἡπείρου, 1. 178. 1)²⁹. Si tratta, è bene precisare, di una *interpretatio Graeca*, dal momento che il concetto stesso di Asia – come aveva visto già Santo Mazzarino³⁰ – è appunto un'idea greca, non orientale; tuttavia, come si dirà, l'equazione fra impero e possesso dell'Asia dovette senza dubbio avere un peso rilevante nell'evoluzione della teoria, in specie all'epoca dell'"opposizione intellettuale" alla dominazione romana in Oriente³¹. Tornando

²⁶ L'ordine canonico è Assiri – Medi – Persiani – Macedoni. In alcune fonti si nota l'intrusione della Lidia mermnadica, in altre si semplifica la catena con l'eliminazione della Media, ma si tratta di variazioni poco significative.

²⁷ Asheri 2003.

²⁸ Gazzano 2018. Le fonti che inseriscono i Lidi nella successione sono Hdt. 1. 95; 106-107; 130; 177-8; cfr. 1. 7; 53; 184; Ctes. F 1 b, F1p δ, F 5, F 8 Lenfant; Aristox. F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* 12. 545a-546b; Nic. Dam. e.g. F 22, F 66 Parmentier; Str. 15. 23. 2; Eus. *Chronicon*: 98-106 Aucher; Jo. Mal. (*Chronogr.*: 153-156 Dindorf = VI 5-11: 119-122 Thurn).

²⁹ Vd. ancora Gazzano 2018.

³⁰ Mazzarino 1989²: 45-101.

³¹ Su ciò Sordi, Urso, Dognini 1999 (per il concetto di Europa); Sisti, Zambrini 2004: 581, e soprattutto Muccioli 2004.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

all'analisi delle liste, si può osservare che la sequenza "originaria" Assiri-Medi-Persiani ricorre anche in Ctesia, il quale – a quanto si ricava dai frammenti – rispetto ad Erodoto pare però semplificare il processo di *translatio* da un impero all'altro; lo schema adottato è quello del popolo sottomesso che si ribella al dominatore, lo sconfigge e lo sostituisce nell'impero, come fanno i Medi con gli Assiri, e poi i Persiani con i Medi. In tale ottica, i Persiani, centro dell'opera di Ctesia, appaiono eredi naturali dell'impero, rafforzando dunque l'idea di una continuità del potere "imperiale" in Asia; da Ctesia in poi, come risulta dalle liste A e C (I), la triade più antica si ritrova pressoché immutata in quasi tutte le fonti che vi fanno allusione. In alcune – per esempio nei frammenti superstiti di Nicola di Damasco³², in Diodoro e più in genere nelle storie universali – la *translatio* è descritta attraverso veri e propri racconti³³, altri ricordano invece solo la sequenza: nessuno comunque sembra mettere in discussione il principio che l'impero avesse avuto origine in Asia e avesse trovato la sua prima espressione compiuta con Ciro e gli Achemenidi. Ed è proprio in virtù del confronto/contrapposizione con il potere persiano da un lato, e con la sorte della sua eredità dall'altro, che la menzione della successione degli imperi nelle fonti posteriori si carica di valori che trascendono le finalità storiografiche, per diventare uno strumento del dibattito politico. Per un verso, come appare dalle liste B e C(E), già in età classica alcuni autori, interessati soprattutto alle vicende della Grecia, avevano modellato una successione di poteri egemoniali interni al mondo delle *poleis*, in parallelo (o forse in antagonismo³⁴) al canone degli imperi: Tucidide per esempio insiste sull'importanza del dominio sul mare (talassocrazia), dal leggendario Minosse di Creta all'Atene dei suoi tempi³⁵, secondo una successione di potenze che poi sarà ripresa, in modo però artificiale e astorico, da Diodoro (7 F 9)³⁶. Più generale appare lo schema interpretativo che si ritrova negli autori successivi a Tucidide, dove – a partire dal *pamphlet* attribuito ora ad Anassimene di Lampsaco, ora a Teopompo e noto con il significativo titolo di *Trikaranos*

³² E.g. Nic. Dam. *FGrHist* 90 (F 22, F 66 Parmentier).

³³ E.g. D. S. 2. 32; 31. f. 14 Goukowsky (= *Excerpta de sententiis*, 194, 27); 32. f. 2 (= *Excerpta de sententiis* 375 = 2 Walton); cf. anche *infra*.

³⁴ La contrapposizione – che si potrebbe pensare fondata originariamente sul bipolarismo fra un dominio territoriale, quale l'impero achemenide, e un dominio talassocratico, quale l'"impero" ateniese – si trova esplicitata in Appiano (*Lib.* 87. 408-413), in un passo in cui la potenza navale, giudicata inaffidabile e aleatoria, è messa in parallelo con quella continentale: la sezione si chiude con un rimando alla lista "canonica" (ma non in ordine cronologico) degli imperi (Medi, Assiri e Persiani): su ciò vd. ora Engels 2016.

³⁵ Th. 1. 4; 7-8; 12-14. Vd. Wickersham 1994, e ora soprattutto Bearzot 2010.

³⁶ Il frammento diodoreo, derivato forse da Castore di Rodi (*FGrHist* 250 T 1) e, per l'interlatura cronologica, da Apollodoro di Atene (*FGrHist* 244: Cohen-Skalli 2012: lxxxvii-lxxxix; 47) è conservato da Eusebio (*Chron.* I, p. 225, 16-36 Schoene): vd. Miller 1971; Mitov 2007; Cohen-Skalli 2012; 64-65; 256-259; Baurain 2016.

(mostro a tre teste)³⁷ – vengono messe in sequenza le egemonie greche, Atene – Sparta – Tebe³⁸. Questa triade delle egemonie si ritrova quasi ovunque, sia negli autori che nominano solo le potenze greche, sia in quelli che pongono in parallelo le due serie di successioni³⁹. Fa eccezione Eforo, citato e seguito da Strabone, che usa lo schema tripartito, ma elimina Atene a beneficio della nuova potenza dei suoi tempi, la Macedonia, caratterizzandola a quanto sembra come “egemonia greca”⁴⁰: purtroppo, in assenza del testo originale, non si può precisare meglio l’obiettivo di Eforo nell’uso di questo elenco. Comunque sia, la lista eforea conduce al cuore del problema: l’ascesa della Macedonia, e poi di Roma, impose infatti agli storici di età ellenistica e romana la necessità di decidere se e come inserire queste due potenze nelle due diverse catene di successione.

DALL’EUROPA ALL’ASIA: LA MACEDONIA FRA EGEMONIA E IMPERO

A dire il vero, lo stato, spesso lacunoso, delle fonti non consente di stabilire con sicurezza le precise ragioni di una determinata scelta, ma è difficile pensare che si trattasse di inserzioni o esclusioni dovute solo a motivazioni letterarie, del tutto slegate dalle condizioni storiche dell’epoca degli autori che le riportano. Sia i Macedoni, infatti, sia i Romani acquisirono un dominio che in misura variabile poteva essere inteso tanto come impero (in relazione al principio del “possesso dell’Asia”), quanto come egemonia (in riferimento alla Grecia, o all’Europa). Storicamente, certo, i possedimenti “occidentali” dei Macedoni in Europa restarono limitati al mondo delle *poleis* greche; d’altra parte, il dominio di Roma in Asia non poté eguagliare, quanto ad estensione, quello di Alessandro Magno e dei suoi successori, in particolare dei Seleucidi, anche per l’ascesa di realtà imperiali, come il regno partico, che si opposero efficacemente alla sua espansione verso l’Asia interna.

Per un altro verso, le discrepanze che si riscontrano nelle liste, e in particolare la compresenza o l’alternanza di Macedonia e Roma fra le egemonie

³⁷ Anaximen. di Lampsaco / Theopomp. Hist. (?), *Trikaranos* (FGrHist 72 T 6 = FGrHist 115 T 10 = Paus. VI 18,5): ὥς δέ οἱ (=Anassimene) διαφορὰ ἐς Θεόπομπον ἐγγέγονει τὸν Δαμασιστράτου, γράφει βιβλίον ἐς Ἀθηναίους καὶ ἐπὶ Λακεδαιμονίοις ὁμοῦ καὶ Θηβαίοις συγγραφὴν λοῖδορον. ὥς δὲ ἦν ἐς τὸ ἀκριβέστατον αὐτῷ μεμνημένα, ἐπιγράψας τοῦ Θεοπόμπου τὸ ὄνομα τῷ βιβλίῳ διέπεμπεν ἐς τὰς πόλεις. Sul passo vd. di recente Parmeggiani 2012, con ampia bibliografia precedente.

³⁸ Vd. Bearzot 2010; sul ruolo di Tebe vd. Cordano 2003.

³⁹ Rassegna in *Appendice*, Liste B e C (E).

⁴⁰ Ephor. FGrHist 70 F 118 (= Str. 8. 5. 5): οἱ δὲ κατασχόντες τὴν Λακωνικὴν κατ’ ἀρχὰς μὲν ἐσωφρόνουν, ἐπεὶ δ’ οὖν Λυκούργῳ τὴν πολιτείαν ἐπέτρεψαν, τοσοῦτον ὑπερεβάλοντο τοὺς ἄλλους ὥστε μόνοι τῶν Ἑλλήνων καὶ γῆς καὶ θαλάττης ἐπῆρξαν, διέτελεσάν τε ἄρχοντες τῶν Ἑλλήνων ἕως ἀφείλοντο αὐτοὺς τὴν ἡγεμονίαν Θηβαῖοι καὶ μετ’ ἐκείνους εὐθὺς Μακεδόνες, οὐ μὴν τελέως γε οὐδὲ τούτοις εἶξαν, ἀλλὰ φυλάττοντες τὴν αὐτονομίαν ἔριν εἶχον περὶ πρωτείων ἀεὶ πρὸς τε τοὺς ἄλλους Ἑλλήνας καὶ πρὸς τοὺς τῶν Μακεδόνων βασιλεῖας. Sul frammento eforeo vd. Parmeggiani 2011: 193-195; 248-249 con nt. 474; 658-659.

o fra gli imperi inducono a ritenere che per almeno alcuni autori (greci) esistesse una differenza sostanziale fra le due forme di dominio, indipendentemente dall'estensione effettiva dei possedimenti dei Macedoni e dei Romani. Prima di discuterne, tuttavia, è opportuno completare la rassegna delle attestazioni che riguardano, appunto, la posizione della Macedonia nelle diverse liste.

Come emerge dalle testimonianze della lista B, la Macedonia appare da taluni autori considerata a tutti gli effetti la terza o più spesso la quarta "egemonia" greca: così è appunto in Eforo (che pure omette Atene), in Polibio, in un passo in cui viene illustrato e motivato il trasferimento dell'egemonia in Grecia da Atene, via Sparta e Tebe, ad Alessandro⁴¹, e nella *Rhetorica ad Herennium* (ca. 90 a.C.), che riprendeva certamente materiali della tradizione oratoria ellenistica⁴²; in Strabone, che citando Eforo escludeva Atene dalla lista, alla Macedonia, in terza posizione, si aggiungeva infine Roma, come quarta "egemonia"⁴³: sarà da notare subito, e vi si tornerà, la presenza dei Romani in questa successione "greca".

Esisteva dunque almeno una linea interpretativa (Polibio, *Rhetorica ad Erennio*) che poneva la Macedonia al quarto posto della serie "greca", prima dell'avvento di Roma, ed è posizione che certamente rispecchia la verità storica, alla luce della sottomissione della Grecia (338 a.C.) ad opera di Filippo II. D'altra parte, nessuno poteva negare alla Macedonia di Alessandro la legittimità ad essere inclusa anche nella successione degli imperi d'Asia, dopo la conquista dell'impero achemenide di Dario III (334-331 a.C.): senza dubbio la Macedonia può e deve costituire il vero anello di congiunzione fra le due serie, e dunque solo esempio, prima di Roma, di dominio universale, vale a dire esteso su Asia ed Europa⁴⁴.

⁴¹ Plb. 29. 2: (Gli Ateniesi) τοιγαροῦν καλῇ χρησάμενοι προαίρεσει, παρὰ πόδας οὐ μόνον ἀνεκτήσαντο τὴν πατρίδα καὶ τὴν ἑαυτῶν χώραν, ἀλλὰ καὶ περὶ τῆς τῶν ἄλλων Ἑλλήνων ἡγεμονίας μετ' ὀλίγον ἡμφισβήτουν πρὸς Λακεδαιμονίους. μετὰ δὲ ταῦτα πάλιν ὑπὸ Σπαρτιατῶν καταπολεμηθέντες εἰς τοῦτ' ἀνάγκης ἦλθον ὥστε καθελεῖν τὰ τεῖχη τῆς αὐτῶν πατρίδος. [...] Σπαρτιάται δ' ἡττηθέντες ὑπὸ Θηβαίων πάλιν ἀπέβαλον τὴν τῶν Ἑλλήνων ἡγεμονίαν καὶ μετὰ ταῦτα τῆς τῶν ἐκτὸς ἀρχῆς ἀποστάντες συνεκλείσθησαν εἰς τοὺς τῆς Λακωνικῆς ὄρους. [...] Θηβαῖοι μετὰ τινὰ χρόνον ἄρδην ἐπέιδον τὴν αὐτῶν πατρίδα γενομένην ἀνάστατον, ὅτε προθέμενος Ἀλέξανδρος εἰς τὴν Ἀσίαν διαβαίνειν ὑπέλαβε διὰ τῆς εἰς Θηβαίους τιμωρίας τῷ φόβῳ φρουρήσειν τοὺς Ἕλληνας κατὰ τοὺς ἰδίους περισπασμούς· ἀλλὰ τότε πάντες ἠλέουν μὲν τοὺς Θηβαίους ὡς ἄδικα καὶ δεινὰ πεπονθότας, διεδικαίου δὲ τὴν πράξιν ταύτην οὐδεὶς Ἀλεξάνδρου.

⁴² *Rhetorica ad Erennio* 4. 34: (κλίμαξ, gradatio) Item: Imperium Graeciae fuit penes Athenienses, Atheniensium potiti sunt Spartiatae, Spartiatae superavere Thebani, Thebanos Macedones vicerunt, qui ad imperium Graeciae brevi tempore adiuncxerunt Asiam bello subactam.

⁴³ Str. 8. 5. 5: καταλυθέντων δὲ τούτων ὑπὸ Ῥωμαίων, μικρὰ μὲν τινὰ προσέκρουσαν τοῖς πεμπομένοις ὑπὸ Ῥωμαίων στρατηγοῖς τυραννοῦμενοι τότε καὶ πολιτευόμενοι μοχθηρῶς· ἀναλαβόντες δὲ σφᾶς ἐτιμήθησαν διαφερόντως καὶ ἔμειναν ἐλεύθεροι, πλὴν τῶν φιλικῶν λειτουργιῶν ἄλλο συντελοῦντες οὐδέν (cf. *supra*, nt. 41 per il passo precedente).

⁴⁴ A una valutazione della Macedonia in termini di "anello debole" della catena giunge per altre vie, ma non in contrasto con le osservazioni che seguono, Muccioli 2018.

Il regno macedone appare di conseguenza come il quarto impero d'Asia, successore legittimo dei Persiani. Questa concezione sembra potersi individuare già in Aristotele: sebbene nella *Politica* il filosofo alluda solo alla triade più antica (Assiria-Media-Persia)⁴⁵, si dispone di un documento molto interessante, datato dopo la vittoria di Alessandro a Gaugamela nel 331, che mostrerebbe che Aristotele aveva integrato la Macedonia nel canone degli imperi. Il testo in questione, che attende di essere ulteriormente studiato, anche sotto questo profilo, è la cosiddetta *Lettera ad Alessandro sulla politica verso le città*, trasmessa esclusivamente dalla tradizione araba, e su cui si addensano problemi di autenticità, nonostante le importanti argomentazioni addotte a favore da Marta Sordi⁴⁶. In questo testo è introdotto un elemento nuovo, proprio della riflessione filosofica aristotelica⁴⁷: il principio che i popoli d'Europa e d'Asia, ormai uniti sotto la dominazione macedone, devono essere diversamente governati da Alessandro, che deve comportarsi da "egemone" nei confronti degli abitanti dell'Europa (cioè dei Greci), e da "padrone" nei confronti dei popoli d'Asia; nonostante i dubbi, si potrebbe ritenere che questa posizione, autorevolmente espressa dal Peripato, fosse stata tutt'altro che estranea all'inserimento di Roma, al momento delle conquiste in Oriente, sia nella lista delle egemonie "greche", sia in quella degli imperi.

Comunque, che la successione degli imperi asiatici fosse tema cui gli esponenti della scuola aristotelica erano sensibili emerge sia da un frammento di Aristosseno in cui era presente la successione Assiri-Medi-Persiani⁴⁸, sia da una citazione del Περὶ τύχης di Demetrio Falereo incastonata in un passo di Polibio⁴⁹. Demetrio presentava il passaggio dai Persiani ai Macedoni come

⁴⁵ Arist., *Pol.* 3. 19. 1284a-b: τὸ δ' αὐτὸ (*scil.* la punizione) καὶ περὶ τὰς πόλεις καὶ τὰ ἔθνη ποιοῦσιν οἱ κύριοι τῆς δυνάμεως, οἷον Ἀθηναῖοι μὲν περὶ Σαμίους καὶ Χίους καὶ Λεσβίους ἐπεὶ γὰρ θᾶπτον ἐγκρατῶς ἔσχον τὴν ἀρχήν, ἐταπείνωσαν αὐτοὺς παρὰ τὰς συνθήκας, [1284b] ὁ δὲ Περσῶν βασιλεὺς Μῆδους καὶ Βαβυλωνίους καὶ τῶν ἄλλων τοὺς πεφρονηματισμένους διὰ τὸ γενέσθαι ποτ' ἐπ' ἀρχῆς ἐπέκοπτε πολλάκις.

⁴⁶ Arist., *Lettera di Aristotele ad Alessandro sulla politica nei confronti delle città*, 3. 4 (Bielawski – Plezia, Warsaw 1970): «Car sur l'Asie régnèrent pendant un certain temps les Assyriens, auxquels succédèrent les Mèdes, suivis par les Perses» (Trad. fr. J. Bielawski). Su questo testo vd. le argomentazioni a favore dell'autenticità di Sordi 1984, cui si contrappongono più di recente i dubbi di Swain 2013: 108-123.

⁴⁷ Vd. in proposito Sordi 1984.

⁴⁸ Aristox., *Vita di Archita* (F 50 Wehrli = Athen., *Deipn.* XII 546a): ὅτι μὲν οὖν περιμάχητός ἐστιν ὁ τοιοῦτος βίος φανερόν ἐκ τῶν συμβεβηκότων. Σύρους μὲν γὰρ Μῆδοι μετὰ τῶν μεγίστων κινδύνων ἀφείλαντο τὴν βασιλείαν οὐκ ἄλλου τινὸς ἔνεκα ἢ τοῦ κυριεῦσαι τῆς Σύρων ἐξουσίας, Μήδους δὲ Πέρσαι διὰ τὴν αὐτὴν αἰτίαν. αὕτη δ' ἐστὶν ἡ τῶν σωματικῶν ἡδονῶν ἀπόλαυσις. In merito, vd. soprattutto Zecchini 1988.

⁴⁹ Demetr. F 81 Wehrli (Περὶ τύχης, 3-6); cf. *FGrHist* 228 F 39 (= Polyb. XXIX 21, 3-6): [3] εἰ γὰρ λάβοιτ' ἐν νῶ μὴ χρόνον ἄπειρον μηδὲ γενεὰς πολλὰς, ἀλλὰ πενήτηκοντα μόνον ἔτη ταυτὶ τὰ πρὸ ἡμῶν, γνοίητ' ἂν ὡς τὸ τῆς τύχης χαλεπὸν ἐνταῦθα. [4] πεντηκοστῷ γὰρ ἔτει πρότερον οἴεσθ' ἂν ἢ Πέρσας ἢ βασιλέα τῶν Περσῶν ἢ Μακεδόνας ἢ βασιλέα τῶν Μακεδόνων, εἴ τις θεῶν αὐτοῖς προὔλεγε τὸ μέλλον, πιστεῦσαι ποτ' ἂν ὡς εἰς τοῦτον τὸν καιρὸν Περσῶν μὲν οὐδ'

un esempio della caducità degli imperi, e si comprende bene perché il passo fosse stato utilizzato da Polibio, che a sua volta rifletteva sulla sorte di Perseo, ultimo re di Macedonia sconfitto dai Romani a Pidna, nel 168⁵⁰: l'osservazione di Demetrio si adattava perfettamente alla nuova *translatio imperii* dai Macedoni ai Romani⁵¹. La stessa prospettiva è condivisa, nel I secolo a.C., da Diodoro, in due estratti attribuibili rispettivamente ai libri 31 (14) e 32 (2), trasmessi dalla tradizione bizantina⁵². Il primo passo riprende quasi testualmente Polibio⁵³, il secondo, più breve, propone una comparazione fra il dominio di Roma e gli imperi precedenti, in relazione ai successi della potenza romana. I frammenti che seguono, infatti, concernono il parallelo fra i fondatori dell'impero macedone, Filippo ed Alessandro, e i *leaders* della Roma dei suoi tempi. La fine di Perseo e le considerazioni di Scipione Emiliano sul destino degli imperi dopo la caduta di Cartagine nel 146 erano esempi ben adatti a stimolare riflessioni sul tema; e se Polibio e Diodoro presentano la questione in termini impliciti, il risultato finale si ritrova più tardi, in piena epoca imperiale, nel *Libro punico* di Appiano, che presenta espressamente la successione Assiria – Media – Persia – Macedonia – Roma⁵⁴.

Infatti, nell'immaginario greco dell'epoca ellenistica e romana, solo un impero vasto come quello di Alessandro poteva rappresentare l'unico precedente possibile del dominio di Roma, perché solo Alessandro, sia pur per un breve

ὄνομα λειφθήσεται τὸ παράπαν, οἱ πάσης σχεδὸν τῆς οἰκουμένης ἐδέσποζον, Μακεδόνες δὲ καὶ πάσης κρατήσουσιν, ὧν οὐδ' ὄνομα πρότερον ἦν γνώριμον [5]. ἀλλ' ὅμως ἡ πρὸς τὸν βίον ἡμῶν ἀσύνθετος τύχη καὶ πάντα παρὰ τὸν λογισμὸν τὸν ἡμέτερον καινοποιῶσα καὶ τὴν αὐτῆς δύναμιν ἐν τοῖς παραδόξοις ἐνδεικνύμενη καὶ νῦν, ὡς ἐμοὶ δοκεῖ, δείκνυσιν πᾶσιν ἀνθρώποις, [6] Μακεδόνας εἰς τὴν Περσῶν εὐδαιμονίαν εἰσοικίσασα, διότι καὶ τούτοις ταῦτα τάγαθὰ κέχρηκεν, ἕως ἂν ἄλλο τι βουλευέσθαι περὶ αὐτῶν. Cf. anche D. S. 31. fr. 14 Goukowsky (= *Excerpta de sententiis*, 194, 27).

⁵⁰ Plb. 29. 21. 7-9: [7] ὁ νῦν γέγονε κατὰ Περσέα. ταῦτα μὲν οὖν Δημήτριος ὥσανεὶ θείῳ τινὶ στόματι περὶ τοῦ μέλλοντος ἀποπεφοίβακεν. [8] ἐγὼ δὲ κατὰ τὴν γραφὴν ἐπιστάς τοις καιροῖς καθ' οὓς συνέβη καταλυθῆναι τὴν Μακεδόνων βασιλείαν, οὐκ ἔκρινον ἀνεπιστάτως παραδραμεῖν, ἅτε γεγινὼς αὐτόπτης τῆς πράξεως, ἀλλ' αὐτός τε τὸν πρέποντα λόγον ἐπιφθέγγασθαι καὶ Δημητρίου μνησθῆναι. [9] δοκεῖ γάρ μοι θειότεραν ἢ κατ' ἀνθρώπον τὴν ἀπόφασιν ποιήσασθαι. σχεδὸν γὰρ ἑκατὸν καὶ πεντήκοντα πρότερον ἔτεσι τάληθες ἀπεφύνατο περὶ τῶν ἔπειτα συμβησομένων.

⁵¹ Sul passo di Demetrio vd. ora in particolare le riflessioni di Tuplin 2014.

⁵² D. S. 32. fr. 2 (*Excerpta de sententiis* 375 = 2 Walton): ὅτι οἱ τὰς ἡγεμονίας περιποιήσασθαι βουλόμενοι κτῶνται μὲν αὐτὰς ἀνδρεία καὶ συνέσει, πρὸς αὔξησιν δὲ μεγάλην ἄγουσιν ἐπιεικεία καὶ φιλανθρωπία, ἀσφαλίζονται δὲ φόβῳ καὶ καταπλήξει: τούτων δὲ τὰς ἀποδείξεις λάβοις ἂν ταῖς πάλαι ποτὲ συσταθείσαις δυναστείαις ἐπιστήσας τὸν νοῦν καὶ τῇ μετὰ ταῦτα γενομένη Ῥωμαίων ἡγεμονίᾳ.

⁵³ Vd. il testo *supra* nt. 49.

⁵⁴ App., *Pun.* 132: [...] (Scipione Emiliano) ἐπὶ πολὺ δ' ἔννους ἐφ' ἑαυτοῦ γενόμενός τε, καὶ συνιδὼν ὅτι καὶ πόλεις καὶ ἔθνη καὶ ἀρχὰς ἀπάσας δεῖ μεταβαλεῖν ὥσπερ ἀνθρώπους δαίμονα, καὶ τοῦτ' ἔπαθε μὲν Ἰλιον, εὐτυχὴς ποτε πόλις, ἔπαθε δὲ ἡ Ἀσσυρίων καὶ Μήδων καὶ Περσῶν ἐπ' ἐκείνοις ἀρχὴ μεγίστη γενομένη, καὶ ἡ μάλιστα ἔναγχος ἐκλάμψασα ἡ Μακεδόνων [...].

periodo, aveva effettivamente riunito Asia ed Europa sotto un'unica regalità. Questa è infatti la prospettiva interpretativa di Polibio, quale s'incontra nel celebre esordio delle *Storie*, in una sintesi originale che fonde insieme, in modo acutissimo, la lista degli imperi e quella delle egemonie⁵⁵. Dopo la sconfitta di Cartagine e le vittorie in Oriente sugli ultimi eredi di Alessandro, il potere romano si estendeva su tre continenti; Polibio giudica questo dominio superiore a quello dei Persiani, signori della sola Asia, e a quello degli Spartani, ritenuti evidentemente gli egemoni – almeno per un periodo limitato – di tutto il mondo greco. I Romani sono anche considerati superiori ai Macedoni, perché in effetti questi ultimi non avevano esteso i loro confini, in Europa, oltre la Grecia. La lucidità e la modernità dell'analisi polibiana colpiscono ancora oggi; eppure la sua proposta d'integrazione fra le due serie di successioni non avrà fortuna. Infatti, si ritrova soltanto nella *Storia romana* di Appiano, di cui si tratterà a breve, e nel piccolo *Liber memorialis* di Lucio Ampelio, che sintetizza gli imperi del passato con un elenco di sette potenze, inserendo Spartani e Ateniesi (in ordine inverso) dopo la triade originaria e prima dei Macedoni e dei Romani⁵⁶.

Il mancato successo dello schema ideato da Polibio, comunque, non suscita particolare sorpresa, perché, com'è noto, l'impero unitario e "universale" di Alessandro – cui si alludeva nel *Proemio* – ebbe breve, brevissima durata: fra i suoi successori, nonostante le aspirazioni a mantenere l'unità di un impero costituito da territori immensi, conquistati "con la lancia", prevalsero le ambizioni dei singoli Diadochi. Il risultato fu la spartizione dei domini, al termine di una lunga stagione di guerre, coalizioni e imprevedibili mutamenti di alleanze. Dopo la battaglia di Ipso (301 a.C.) e ancor più dopo la battaglia di Curupedio del 281

⁵⁵ Plb. 1.2.1-7: ὥς δ' ἔστι παράδοξον καὶ μέγα τὸ περὶ τὴν ἡμετέραν ὑπόθεσιν θεώρημα γένοιτ' ἂν οὕτως μάλιστ' ἐμφανές, εἰ τὰς ἐλλογιμωτάτας τῶν προγεγενημένων δυναστειῶν, περὶ ἃς οἱ συγγραφεῖς τοὺς πλείστους διατέθενται λόγους, παραβάλοιμεν καὶ συγκρίναμεν πρὸς τὴν Ῥωμαίων ὑπεροχὴν. [2] εἰσὶ δ' αἱ τῆς παραβολῆς ἄξιοι καὶ συγκρίσεως αὐταί. Πέρσαι κατὰ τινὰς καιροὺς μεγάλην ἀρχὴν κατεκτήσαντο καὶ δυναστείαν· ἀλλ' ὁσάκις ἐτόλμησαν ὑπερβῆναι τοὺς τῆς Ἀσίας ὄρους, οὐ μόνον ὑπὲρ τῆς ἀρχῆς, ἀλλὰ καὶ περὶ σφῶν ἐκινδύνευσαν. [3] Λακεδαιμόνιοι πολλοὺς ἀμφισβητήσαντες χρόνους ὑπὲρ τῆς τῶν Ἑλλήνων ἡγεμονίας, ἐπειδὴ ποτ' ἐκράτησαν, μόλις ἔτη δώδεκα κατείχον αὐτὴν ἀδήριτον. [4] Μακεδόνες τῆς μὲν Εὐρώπης ἤρξαν ἀπὸ τῶν κατὰ τὸν Ἀδρίαν τόπων ἕως ἐπὶ τὸν Ἰστρον ποταμόν, ὃ βραχὺ παντελῶς ἂν φανεῖν μέρος τῆς προειρημένης χώρας. [5] μετὰ δὲ ταῦτα προσέλαβον τὴν τῆς Ἀσίας ἀρχὴν, καταλύσαντες τὴν τῶν Περσῶν δυναστείαν. ἀλλ' ὅμως οὗτοι πλείστων δόξαντες καὶ τόπων καὶ πραγμάτων γενέσθαι κύριοι, τὸ πολὺ μέρος ἀκμὴν ἀπέλιπον τῆς οἰκουμένης ἀλλότριον. [6] Σικελίας μὲν γὰρ καὶ Σαρδοῦς καὶ Λιβύης οὐδ' ἐπεβάλοντο καθάπαξ ἀμφισβητεῖν, τῆς δ' Εὐρώπης τὰ μαχιμώτατα γένη τῶν προσεσπερίων ἔθνων ἰσχνῶς εἰπεῖν οὐδ' ἐγίνωσκον. [7] Ῥωμαῖοί γε μὴν οὐ τινὰ μέρη, σχεδὸν δὲ πᾶσαν πεποιημένοι τὴν οἰκουμένην ὑπήκοον αὐτοῖς, ἀνυπόστατον μὲν τοῖς ὑπάρχουσι πᾶσιν, ἀνυπέρβλητον δὲ καὶ τοῖς ἐπιγινομένοις ὑπεροχὴν κατέλιπον τῆς αὐτῶν δυναστείας. Su questo celeberrimo *incipit* vd. Walbank 1957: 40-42; Id. 2002; Musti 1978; Eckstein 1995; Weißenberger 2002; Hartog 2010.

⁵⁶ Ampelio, *Liber memorialis*, X: *De imperiis. Imperia ab ineunte aevi memoria fuerunt septem. Primi rerum potiti sunt Assyrii, deinde Medi, postea Persae, tum Lacedaemonii, dein Athenienses; post hos inde Macedones: sic deinde Romani.*

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

a.C. quell'impero "universale" che aveva unificato Asia ed Europa era svanito, diviso fra gli Antigonidi in Macedonia, i Tolemei in Egitto, gli Attalidi nell'Asia minore occidentale e i Seleucidi nel resto dell'Anatolia, in Mesopotamia e nelle "Satrapie Superiori". La situazione si complicò ulteriormente dopo la pace di Apamea nel 188 a.C., con la nascita di una serie di Stati i cui re non erano più Macedoni (Bitinia, Ponto, Cappadocia, Armenia, Media Atropatene). Tuttavia, nonostante questa sorta di "balcanizzazione" dell'impero di Alessandro, l'idea di "impero d'Asia" si mantenne grazie soprattutto alla politica dei Seleucidi, che – come ha ben mostrato in un denso saggio Federicomaria Muccioli⁵⁷ – nella loro propaganda insistevano sul proprio ruolo come "re dell'Asia".

Sebbene frammentarie, le testimonianze dell'epoca sembrano confermare che, per gli eredi del potere macedone, la questione della sovranità sull'Asia fosse fondamentale. Si sa che i grandi sovrani Seleucidi, Antioco III in particolare, davano una grande importanza al loro status di "re dell'Asia"⁵⁸. Questo sembra rientrare nell'ideologia dell'*imitatio Alexandri*: egli infatti, dopo Gaugamela sarebbe stato proclamato *basileus tes Asias*, secondo una versione nota a Plutarco⁵⁹. Ma al di là dell'ideologia, le fonti stesse mostrano che l'impero macedone è definitivamente riconosciuto come il successore naturale della triade originaria Assiria-Media-Persia: questa si ritrova in un frammento di Agatarchide di Cnido (II secolo a.C.), che nella sua sequenza storica menziona Cassandro e Lisimaco come eredi di Alessandro⁶⁰, e assai più tardi nell'*Anabasi di Alessandro* di Arriano⁶¹: dal momento che la lista di Arriano non comprende Roma, è molto probabile che essa risalisse a una precedente fonte di età ellenistica⁶². In sintesi, l'esame delle attestazioni consente di evidenziare le molteplici letture del ruolo della Macedonia nelle due liste, egemonie e imperi: l'immagine del regno macedone è messa in relazione ora con il mondo delle città greche, ora con l'idea di impero universale, infine, nella prospettiva dei Diadochi, con la sovranità dell'Asia. Si può credere che queste letture cominciassero ad essere elaborate già a

⁵⁷ Muccioli 2004.

⁵⁸ Plb. 11. 34. 14-16: vd. ancora Muccioli 2004; Id. 2013a.

⁵⁹ Plu. *Alex.* 34. 1, su cui Fredricksmeier 2000; Muccioli 2004.

⁶⁰ Agatarch., *Trattato sul Mar Rosso*, F 17 Müller: οἶδα γάρ, πρεσβύτερος ὢν καὶ πολλῶν ἔμπειρος γεγονῶς πραγμάτων, διὰ τοὺς θωπεύειν ἐπιβεβλημένους τοὺς ἐν ταῖς ὑπεροχαῖς καὶ τὰς μεγίστας βασιλείας ἄρδην ἀνηρημένους, τὴν Κασσάνδρου, τὴν Λυσιμάχου, τὴν Ἀλεξάνδρου τηλικαύτην οὖσαν, τὴν Μήδων, τὴν Περσῶν, ὥστε μηδὲ σπέρμα καταλείφθαι γένους. Vd. Alonso Núñez 1997.

⁶¹ Arr. 2. 6. 6-7: καὶ τι καὶ δαιμόνιον τυχὸν ἦγεν αὐτὸν εἰς ἐκεῖνον τὸν χώρον, οὗ μήτε ἐκ τῆς ἵππου πολλὴ ὠφέλεια αὐτῷ ἐγένετο, μήτε ἐκ τοῦ πλήθους αὐτοῦ τῶν τε ἀνθρώπων καὶ τῶν ἀκοντίων τε καὶ τοξευμάτων, μηδὲ τὴν λαμπρότητα αὐτὴν τῆς στρατιᾶς ἐπιδεῖξαι ἠδυνήθη, ἀλλὰ Ἀλεξάνδρῳ τε καὶ τοῖς ἄμφ' αὐτὸν εὐμαρῶς τὴν νίκην παρέδωκεν. [7] ἐχρῆν γὰρ ἤδη καὶ Πέρσας πρὸς Μακεδόνων ἀφαιρεθῆναι τῆς Περσῶν ἀφηρεθήσαν, πρὸς Μήδων δὲ ἔτι ἔμπροσθεν Ἀσσύριοι.

⁶² Vd. Sisti, Zambrini 2001: 412.

partire dal III secolo a.C., ma è con l'avvento di Roma che esse trovarono una vera finalità politica; infatti, questi elementi consentono di illuminare, in filigrana, il dibattito degli intellettuali greci, e anche non greci, sulla dominazione romana.

L'EREDITÀ DIVISA: L'IMPERO MACEDONE FRA ROMA E I PARTI

Naturalmente, è difficile dedurre l'attitudine di un autore greco dal semplice ricorso alla successione degli imperi; ma se, come in alcuni casi, si conosce il suo atteggiamento nei confronti dei Romani, si possono mettere in luce le modalità con cui la impiega. Occorre prescindere in questa sede dal problema delle reazioni, diverse e talora contraddittorie, degli intellettuali greci di fronte all'ascesa del potere romano in Grecia e nell'Oriente ellenizzato, fra il II secolo a.C. e l'epoca della *pax Augustea*: sarà qui sufficiente rinviare per questi aspetti agli studi fondamentali a riguardo, i quali consentono di gettare luce anche su quegli autori pervenuti solo in forma frammentaria⁶³.

Di converso, un caso particolarmente interessante è quello di un testo riportato in una glossa a un capitolo di Velleio Patercolo, storico di età tiberiana, nel contesto della *translatio imperii* dagli Assiri ai Medi. Questa glossa riferisce il solo frammento conosciuto del *De annis populi Romani* dell'altrimenti sconosciuto Emilio Sura, la cui datazione, incerta, oscilla fra il II e il I secolo a.C.⁶⁴; si tratta anche della prima attestazione della successione degli imperi nella letteratura latina. La sequenza proposta in questo passo è in sé indicativa, in quanto pienamente coerente con l'auto-rappresentazione romana delle conquiste in Oriente; Emilio Sura scandisce infatti una sequenza di cinque imperi, Assiri-Medi-Persiani-Macedoni-Romani, in perfetta congruenza con le vittorie di Roma su Filippo V (197 a.C., Macedonia, Europa) e su Antioco III (190 a.C., Seleucidi, Asia). Le due vittorie, inoltre, sono messe in relazione con la precedente sconfitta di Cartagine a Zama, nel 202 a.C.: da qui, conclude l'autore, *summa imperii ad populum Romanum pervenit*.⁶⁵

⁶³ Vd. la bibliografia citata *supra*, nt. 2 e nt. 16, cui si aggiungano Muccioli 2006; Id. 2009; Id. 2013b.

⁶⁴ Emilio Sura, *de annis populi Romani* (= Vell. 1.6.6): [*Aemilius Sura de annis populi Romani: Assyrii principes omnium gentium rerum potiti sunt, deinde Medi, postea Persae, deinde Macedones; exinde duobus regibus Philippo et Antiocho, qui a Macedonibus oriundi erant, haud multo post Carthaginem subactam devictis summa imperii ad populum Romanum pervenit. Inter hoc tempus et initium regis Nini Assyriorum, qui princeps rerum potitus est, intersunt anni MDCCCXCV*]: su questa testimonianza, e sull'identità dell'autore vd. Alonso Núñez 1989; Cotta Ramosino 2005.

⁶⁵ A ciò si aggiunga che, se avesse fondamento la proposta – avanzata da Cotta Ramosino 2005 – di identificazione di questo Emilio Sura con l'altrettanto evanescente Mamilio Sura, scrittore di botanica impiegato da Plinio il Vecchio, si potrebbero in via ipotetica attribuire al suo influsso le vaghe allusioni del naturalista al problema della *translatio imperii* presenti qua e là nella sua opera, per esempio a IV 39, dove rievocando la sconfitta di Perseo a Pidna ad opera di L. Emilio Paolo (168 a.C.) si rammenta il precedente possesso, da parte dei Macedoni,

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Se per Emilio Sura dobbiamo limitarci a ipotesi, altre testimonianze presentano una chiave di lettura molto vicina a quella appena evidenziata, che si riflette nel punto di vista degli intellettuali greci “integrati”. È il caso delle *Antiquitates Romanae* di Dionigi di Alicarnasso⁶⁶ – che peraltro aveva cercato di dimostrare l'origine greca di Roma – e, più tardi, dell'*Elogio di Roma* di Elio Aristide⁶⁷. I due autori esaltano la grandezza, l'unicità e l'universalità della potenza romana; entrambi riportano due liste separate, egemonie e imperi, ma non le uniscono affatto, come aveva cercato di fare, in una visione unitaria del potere, Polibio. Se si osserva, si noterà che la Macedonia è ricordata soltanto fra gli imperi d'Asia, dunque non come potenza “universale”: entrambi considerano la sola Roma come l'anello di congiunzione, finale, delle due successioni. Una visione analoga, con l'impero romano come sola potenza universale, si ritrova ancora, ben nel IV sec. d.C., nell'elogio di Stilicone del poeta latino Claudiano⁶⁸: nei suoi versi, imperi ed egemonie del passato sono svaniti, non così Roma, la cui grandezza è difesa da Stilicone.

Una variante notevole di questa interpretazione è presente invece nel *Proemio* della *Storia romana* di Appiano⁶⁹, pagina di grande interesse, cui è dedicato uno studio recentissimo di Giusto Traina⁷⁰. Appiano, infatti, integra la Macedonia nelle due liste, ma separa l'egemonia di Filippo II (conquistatore dell'Europa) dall'impero di Alessandro (conquistatore dell'Asia). Lo storico, come già Polibio, mette l'accento sulle coordinate spazio-temporali dell'impero romano, sottolineandone estensione e durata: si tratta, anche qui, del riconoscimento dell'universalità di Roma rispetto a tutti i suoi predecessori, Macedonia compresa.

Ragioni di tempo, e di mancanza di dati, inducono a non dilungarsi sulle testimonianze di Diodoro e di Nicola di Damasco, entrambi autori di *Storie*

dell'*imperium terrarum* e dell'intero Oriente (*toto Oriente*).

⁶⁶ D. H. *Ant. Rom.* 1. 2. 2-3 (Vd. *Appendice*). In merito vd. Hartog 1991; Martin 1993.

⁶⁷ Ael. Arist. *A Roma* 15-27; 91 (imperi) 40-57 (egemonie): vd. *Appendice*. Cf. Olivier 1953; Fontanella 2007.

⁶⁸ Claud. Claudian. *De Consulatu Stilichonis*, 3. 160-167: vd. *Appendice*.

⁶⁹ App., *Praef.* 8-9: [8] ἀρχὴ τε οὐδεμία προηλθέ πω μέχρι νῦν εἰς τοσοῦτο μεγέθους καὶ χρόνου. οὔτε γὰρ τὰ Ἑλλήνων, εἴ τις ὁμοῦ τὰ Ἀθηναίων καὶ Λακεδαιμονίων καὶ Θηβαίων, δυναστευσάντων παρὰ μέρος, ἀπὸ τῆς Δαρειοῦ στρατείας, ὅθεν αὐτοῖς ἐστὶν ἐλλαμπρύνεσθαι μάλιστα, ἐς τὴν Φιλίππου τοῦ Ἀμύντου τῆς Ἑλλάδος ἡγεμονίαν συναγάγοι, πολλὰ ἂν ἔτη φανείη. [...] [9] ἢ τε τῆς Ἀσίας ἀρχὴ ἔργων μὲν περὶ καὶ ἀρετῆς οὐδ' ἐς τὰ μικρότατα τῶν Εὐρωπαίων παραβάλλεται δι' ἀσθένειαν καὶ ἀτολίαν τῶν ἐθνῶν. καὶ τοῦτο δηλώσει καὶ ἡδε ἡ γραφὴ προϊούσα· ὀλίγαις γὰρ μάχαις Ῥωμαῖοι τοσούτων τῆς Ἀσίας ἐθνῶν κατέσχον, ὅσων <ἔτι νῦν> ἐπικρατοῦσι, καὶ ταῦτα Μακεδόνων αὐτῶν ὑπερμαχομένων, τὰ δὲ πολλὰ περὶ τὴν Λιβύην καὶ τὴν Εὐρώπην ἐξετρίφθησαν. Ἀσσυρίων τε αὐτὰ καὶ Μήδων καὶ Περσῶν, τριῶν τῶνδε μεγίστων ἡγεμονιῶν εἰς Ἀλέξανδρον τὸν Φιλίππου, συντιθεμένων οὐτ' ἂν ὁ χρόνος ἐφίκοιτο τῶν ἐνακοσίων ἐτῶν, ὅσα ἐστὶ Ῥωμαίοις ἐς τὸν παρόντα χρόνον, τό τε μέγεθος τῆς ἀρχῆς τῆς ἐκείνων οὐδὲ ἐς ἡμῖν νομίζω τῆσδε τῆς ἡγεμονίας ἀπαντᾶν [...]. Vd. in generale Alonso Núñez 1984; Gabba 2003.

⁷⁰ Traina 2018.

universali. Certamente ambedue utilizzarono la successione degli imperi, come testimoniano i frammenti che si riferiscono al segmento più antico della catena (Assiri-Medi-Persiani), secondo un procedimento “naturale” della storiografia universale, almeno per le epoche più remote. Tuttavia, lo stato dei frammenti relativi al periodo più vicino agli autori non permette di verificare il ruolo da loro assegnato alle potenze più recenti, la Macedonia e Roma.

Più interessante, di contro, si rivela la testimonianza di un terzo “storico universale” della stessa epoca, il romano Pompeo Trogo, originario della Gallia Narbonense e autore delle *Storie filippiche*, opera monumentale in 44 libri. Benché l’originale sia perduto, sono sopravvissuti i prologhi e un’epitome, redatta da Giustino in età imperiale⁷¹. Di regola, da un autore, romano, di storia universale ci si attenderebbe un allineamento alla visione romanocentrica quale quella di Emilio Sura o dei greci filo-romani come Dionigi di Alicarnasso ed Elio Aristide. Così tuttavia non è, perché le *Storie filippiche* presentano una visione della storia e della *translatio imperii* di segno assai diverso.

Anzitutto, la stessa impostazione “universale” dell’opera di Trogo lascia intuire che fosse ampiamente presente l’idea della successione degli imperi (dall’*Epitome* manca del tutto, invece, la lista delle egemonie greche), come del resto dimostrano numerosi passi⁷²; tuttavia, la catena non si conclude con il trasferimento dell’impero dalla Macedonia a Roma, perché di fatto a quest’ultima si contrappongono, con uno statuto altrettanto “imperiale”, i Parti, al cui regno viene infatti attribuita, al principio della narrazione a loro dedicata (xli 1. 1), la sovranità dell’Oriente (...*nunc Orientis imperium est*); addirittura, i Parti spartivano con i Romani il dominio del mondo intero⁷³.

Al di là dell’esattezza delle informazioni di Trogo, preme qui rilevare che, in una prospettiva aperta al dualismo fra i Romani e i Parti nella *translatio imperii* sulle regioni orientali dell’impero macedone di Alessandro e dei suoi successori,

⁷¹ Su di lui vd. la bibliografia citata *supra*, nt. 10.

⁷² Vd. e.g. Pomp. Trog. *Prologus libri I*: *Primo uolumine continentur haec: Imperium Assyriorum a Nino rege usque ad Sardanapallum post quem translatum est per Arbacem ad Medos, usque ad ultimum regem Astyagem; is a nepote suo Cyro pulsus regno, et Persae regno potiti*. Cf. Just. *Epit.* 10. 3. 7; 12. 7. 4; 30. 4. 16; 40. 2. 5.

⁷³ Just. *Epit.* 41. 1-9: *Parthi, penes quos uelut diuisione orbis cum Romanis facta nunc Orientis imperium est, Scytharum exules fuere. 2 Hoc etiam ipsorum uocabulo manifestatur, nam Scythico sermone exules “parthi” dicuntur. 3 Hi et Assyriorum et Medorum temporibus inter Orientis populos obscurissimi fuere. 4 Postea quoque, cum imperium Orientis a Medis ad Persas translatum est, ueluti uulgi sine nomine praeda uictorum fuere. 5 Postremo Macedonibus triumphato Oriente seruierunt, 6 ut cuius mirum uideatur ad tantam eos felicitatem per uirtutem prouectos, ut imperent gentibus, sub quarum imperio ueluti seruile uulgi fuere. 7 A Romanis quoque trinis bellis per maximos duces florentissimis temporibus lacessiti soli ex omnibus gentibus non pares solum, uerum etiam uictores fuere; 8 quamquam plus gloriae sit inter Assyria et Medica Persicae memorata olim regna et opulentissimum illud mille urbium Bactrianum imperium emergere potuisse quam longinqua bella uicisse, 9 praeterea cum grauib. Scythicis et uicinalibus bellis adsidue uexati uariis periculis certaminibus urgerentur*. Vd. ora Muccioli 2016.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

non stupisce che il centro tematico principale dell'opera (pur all'interno di un orizzonte cronologico e geografico "universale") fosse, come si evince dal titolo stesso, proprio l'impero macedone, la cui eredità "asiatica" – all'epoca della redazione delle *Storie* – era evidentemente tutt'altro che definitivamente assegnata ai Romani, pur vincitori di Filippo V, di Antioco III e di Perseo e pur vantando il possesso, dal 132 a.C., di una provincia denominata "Asia". Del resto, il mancato riconoscimento – da parte di taluni intellettuali greci e orientali – di Roma come potenza "universale", almeno per l'Asia dove l'eredità dell'impero macedone (a sua volta, ricordiamo, successore di quello persiano) era rivendicata non illegittimamente anche da altre potenze, da Mitridate VI Eupatore⁷⁴ ai Parti, sembra trasparire anche da altre attestazioni della successione degli imperi, dal I sec. a.C. in avanti⁷⁵. Un esempio è offerto da un frammento dell'erudito di Mileto Alessandro Poliistore (I sec. a.C.) trasmesso da Agazia: il passo, già di per sé molto complesso e problematico, presenta la sequenza Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti, senza riferimenti al dominio romano in Asia⁷⁶. La stessa successione si riscontra nel geografo Strabone⁷⁷, che – si è visto – non aveva difficoltà a riconoscere a Roma l'eredità dell'egemonia macedone in Grecia; di contro, in una delle due sole attestazioni della successione degli imperi d'Asia la sua serie si apre con gli Assiri e termina con i Parti. Il dualismo romano-partico in merito al dominio sull'Asia traspare ancora, per esempio, in Tacito, in un passo delle *Storie* in cui gli Ebrei, sempre soggetti al dominio degli imperi (Assiri-Medi-Persiani-Macedoni), riuscirono a guadagnare una certa indipendenza nel momento in cui i Macedoni erano in difficoltà, i Parti ancora "immaturi" e i Romani lontani⁷⁸.

⁷⁴ Sul ruolo di Mitridate nella successione degli imperi vd. ora Ballesteros Pastor 2018.

⁷⁵ Vd. Muccioli 2007.

⁷⁶ Alex. Polyh. *FGrHist* 273 F 81 (= Agath., *Storie* II 25, 4-9; = Ctes. F 10^b Lenfant). Vd. Muccioli 2009. Cf. Id. 2013.

⁷⁷ Str. 11. 13. 5: ἡ δὲ μεγάλη Μηδία τὸ μὲν παλαιὸν τῆς Ἀσίας ἡγήσατο πάσης καταλύσασα τὴν τῶν Σύρων ἀρχήν· ὕστερον δ' ὑπὸ Κύρου καὶ Περσῶν ἀφαιρεθεῖσα τὴν τοσαύτην ἐξουσίαν ἐπὶ Ἀστυάγου διεφύλαττεν ὅμως πολὺ τοῦ πατρίου ἀξιώματος, καὶ ἦν τὰ Ἐκβάτανα χειμᾶδιον τοῖς Πέρσας· ὁμοίως δὲ καὶ τοῖς ἐκείνους καταλύσας Μακεδόσι τοῖς τὴν Συρίαν ἔχουσι, καὶ νῦν ἔτι τοῖς Παρθυαίων βασιλεῦσι τὴν αὐτὴν παρέχεται χρεῖαν τε καὶ ἀσφάλειαν. Su questo passo vd. Lasserre 1982; Primo 2001; Engels 2008; Id. 2009; Id. 2010. La seconda menzione degli imperi è in 15. 3. 23, ma si ferma ai Macedoni, aggiungendo tuttavia, ma tangenzialmente, i Lidi (fra i Medi e i Persiani): vd. Gazzano 2018.

⁷⁸ Tac. *Hist.* 8. 5: *dum Assyrios penes Medosque et Persas Oriens fuit, despectissima pars servientium: postquam Macedones praepolluere, rex Antiochus demere superstitionem et mores Graecorum dare adnitus, quo minus taeterrimam gentem in melius mutaret, Parthorum bello prohibitus est; nam ea tempestate Arsaces desciverat. tum Iudaei Macedonibus invalidis, Parthis nondum adultis (et Romani procul erant), sibi ipsi reges imposuere.*

CONCLUSIONI

Se le osservazioni che siamo andati articolando hanno un fondamento, se ne possono trarre alcune riflessioni. Anzitutto, la teoria della successione degli imperi, quali che fossero le sue radici più remote, è da ritenersi uno schema interpretativo della storia tipico della storiografia greca, dalle sue origini in poi; la sequenza originaria (Assiri-Medi-Persiani) – che in principio poteva servire soprattutto come impalcatura cronologica – già con Erodoto pone però in evidenza un'equazione fra idea di impero e possesso del continente asiatico, equazione che nella mentalità greca classica coincideva con l'effettivo territorio sottoposto ai Persiani e che presupponeva una distinzione fra Asia ed Europa, dove in parallelo si articola una sequenza di egemonie “locali” greche. Solo le conquiste macedoni furono in grado di unire i due continenti, e di creare un impero per la prima volta “universale”, come la riflessione greca posteriore sembra mettere in risalto, includendo i Macedoni in entrambe le liste, o ponendo, con Polibio, egemonie greche (Sparta) e imperi orientali nella stessa linea di successioni. E proprio il posto occupato dalla Macedonia all'interno di questo duplice schema, e la sua controversa eredità – rivendicata tanto dalla potenza romana in ottica “universale” quanto, in senso più propriamente “asiatico”, dalle popolazioni iraniche dell'Oriente seleucidico – sembra costituire una chiave di lettura utile a valutare il significato ideologico delle successive attestazioni del canone degli imperi: laddove gli ammiratori del dominio romano tendono ad eliminare la Macedonia dalla lista delle egemonie greche, garantendo a Roma un primato fino ad allora ignoto ad altre potenze, gli intellettuali greci meno “allineati”, o per i quali la successione degli imperi aveva una valenza prettamente storiografica, appaiono più disposti ad ammettere il ruolo eccezionale dell'impresa di Alessandro; sarebbe interessante – ma certo arduo, visto lo stato della documentazione – verificare se e quanto questo celasse un intento polemico nei confronti dell'opinione pubblica e della propaganda ufficiale romana. Più agevole, di contro, è individuare una vena polemica più scopertamente antiromana in quelle fonti che – a partire dal I secolo a.C. – fecero ricorso alla successione degli imperi attribuendo l'eredità macedone in Asia non a Roma, bensì alle nuove potenze orientali, in particolare ai Parti; sul versante greco, questa presa di posizione potrebbe forse essere posta in connessione con il disagio dei provinciali d'Asia, vessati dai pubblicani e chiaramente giudicati una sorta di “gremità degenerata”⁷⁹. Se così fosse, se cioè la successione degli imperi nel pensiero storico greco avesse come baricentro un'universalità che non può prescindere dal dominio congiunto di Asia ed Europa, si potrebbe allora comprendere la ragione dell'esclusione da tutte le liste, fin dalle origini, di

⁷⁹ Come testimonia l'invettiva di Cicerone contro gli *Asiatici Graeci* nella *Pro Flacco* (59-66). Vd. anche Liv. 38. 17.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

due indubbie potenze, l'Egitto (faraonico e poi tolemaico) e Cartagine, perché entrambe di fatto del tutto estranee, a livello storico, geografico e ideologico, a questa concezione⁸⁰; per altro verso, si potrebbe meglio spiegare la frequenza del ricorso a questo *topos* nelle fonti greche, come tentativo degli intellettuali greci di persuadere i *leaders* romani ad aderire a una mentalità – senz'altro miope, ma durevole e peculiarmente ellenica – in cui la sovranità “universale” si risolveva di fatto in una dialettica, di matrice può darsi aristotelica, fra due modi di intendere il potere, quello “europeo” di un egemone su uomini liberi e quello “asiatico” di un despota su veri e propri sudditi: ed è superfluo precisare quali fossero i *desiderata* dei Greci.

⁸⁰ Sull'Egitto vd. ora Roberto 2018.

BIBLIOGRAFIA

- Alcock, S. E. (1993), *Graecia capta: The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge.
- Alcock, S. E., D'Altroy, T. N., Morrison, K. D., Sinopoli, C. M. (eds.) (2001), *Empires, Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge.
- Alonso Núñez, J. M. (1984), "Appian and the World Empires", *Athenaeum* 62: 640-644.
- Alonso Núñez, J. M. (1988) "Herodotus' ideas about world empires", *Ancient Society* 19: 125-133.
- Alonso Núñez, J. M. (1989), "Aemilius Sura", *Latomus* 48: 110-119.
- Alonso Núñez, J. M. (1990), "The emergence of universal historiography from the 4th to the 2nd centuries BC", in Verdin, H., Schepens, G., De Keyser, E. (eds.) *Purposes of History: Studies in Greek Historiography from the 4th to the 2nd Centuries BC*. Leuven: 173-192.
- Alonso Núñez, J. M. (1992), *La Historia Universal de Pompeyo Trogo. Coordinadas espaciales y temporales*. Madrid.
- Alonso Núñez, J. M. (1997), "Approaches to World History in the Hellenistic Period: Dicaearchus and Agatharchides", *Athenaeum* 85: 53-67.
- Alonso Núñez, J. M. (1998a), "Le letture greche della storia di Roma e lo sviluppo della storia universale", in Settis, S. (ed.) *I Greci. Storia, cultura, arte, società, II/3*. Torino, 1059-1078.
- Alonso Núñez, J. M. (1998b), "Lenguaje oracular e imperios universales: libros de Tobías, Daniel, Macabeos I, «Oráculos Sibílicos» y Tácito", in Chirassi Colombo, I., Seppilli, T. (eds.), *Sibille e linguaggi oracolari: mito storia tradizione. Atti del convegno Macerata-Norcia, settembre 1994*. Pisa-Roma, 427-441.
- Alonso Núñez, J. M. (2002), *The Idea of Universal History in Greece: From Herodotus to the Age of Augustus*. Amsterdam.
- Alonso Núñez, J. M. (2003), "Herodotus' Conception of Historical Space and the Beginnings of Universal History", in Derow P., Parker, R. (eds.) *Herodotus and his World: Essays from a Conference in Memory of George Forrest*. Oxford, 145-152.
- Asheri, D. (1997a), in Erodoto, *Le Storie. I, La Lidia e la Persia*. Milano.
- Asheri, D. (2003), "La successione degli imperi e delle egemonie: preistoria di due teorie", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 11-25.
- Ballesteros Pastor, L. (2018), "De Rey del Ponto a Rey de Reyes. El imperio de Mitridates Eupátor en el contexto del Oriente tardo-helenístico", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la*

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

successione degli imperi nell'antichità. Roma, 137-170.

Baurain, C. (2016), "La «thalassocratie»: mythes et réalité historique (à propos de «la liste d'Eusèbe»)", *Historiká* 5: 17-40.

Bearzot, C. (2010), "Le potenze egemoniche greche nel quadro della storia universale", in Roberto, U., Mecella, L. (eds.) *Dalla storiografia ellenistica alla storiografia tardoantica: aspetti, problemi, prospettive. Atti del Convegno Internazionale di Studi, Roma, 23-25 ottobre 2008*. Soveria Mannelli, 11-24.

Bearzot, C., Landucci, F. (eds.) (2014), *Studi sull'Epitome di Giustino, I. Dagli Assiri a Filippo II di Macedonia*. Milano.

Bearzot, C., Landucci, F. (eds.) (2015), *Studi sull'Epitome di Giustino, II. Da Alessandro Magno a Filippo V di Macedonia*. Milano.

Clarke, K. (1999), "Universal Perspectives in Historiography", in Shuttleworth Kraus, C. (ed.) *The Limits of Historiography. Genre and Narrative in Ancient Historical Texts*. Leiden-Boston-Köln, 249-279.

Clarke, K. (2008), *Making Time for the Past: Local History and the Polis*. Oxford.

Cohen-Skalli, A. (2012), in Diodore de Sicile, *Bibliothèque Historique. Fragments, Livres VI-X*. Paris.

Cordano, F. (2003), "Egemonie in Grecia. Tebe in Senofonte e in Eforo", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 53-60.

Corsaro, M. (1998), "Ripensando Diodoro: il problema della storia universale nel mondo antico, I – II", *Mediterraneo Antico* 1: 405-436.

Corsaro, M. (1999), "Ripensando Diodoro: il problema della storia universale nel mondo antico, I – II", *Mediterraneo Antico* 2: 117-169.

Cotta Ramosino, L. (2005), "Mamilio Sura o Emilio Sura? Alcune considerazioni sulla teoria della successione degli imperi nella *Naturalis Historia* di Plinio il Vecchio", *Latomus* 64: 945-958.

Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di) (2018), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma.

De Boer, S. (1985), "Rome, the *translatio imperii* and the early-Christian interpretation of *Daniel* II and VII", *Rivista di storia e letteratura religiosa* 21: 181-218.

Engels, J. (2008), "Universal History and Cultural Geography of the Oikoumene in Herodotus' *Historiai* and Strabo's *Geographika*", in Pigoń, J. *The children of Herodotus: Greek and Roman historiography and its related genres*. Newcastle, 144-161.

Engels, J. (2009), "Demetrios von Kallatis 'Über Asien und Europa' (FGrHist 85 F 1-6): Universalhistorie und Kulturgeographie zwischen Ephoros und

- Strabon”, in Rathmann, M. (ed.), *Studien zur antiken Geschichtsschreibung*. Bonn, 187–202.
- Engels, J. (2010), “Strabo and the Development of Ancient Greek Universal Historiography”, in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 71–86.
- Engels, D. (2016), “‘The Rule of the Sea is indeed a Great Matter’. Mediterranean Identities and the Ideology of Thalassocracy”, *Latomus* 75: 289-313.
- Fear, A.T. (2010), “Orosius and Escaping from the Dance of Doom”, in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 176-188.
- Ferrary, J.L. (1988), *Philhellénisme et impérialisme. Aspects idéologiques de la conquête romaine du monde hellénistique de la seconde guerre de Macédoine à la guerre contre Mithridate*. (BEFAR 271) Roma.
- Ferrary, J. L. (1998), “*Loikoumene*, l’Orient et l’Occident d’Alexandre le Grand à Auguste: histoire et historiographie”, in Giardina, A. (ed.) *Convegno per Santo Mazzarino*. Roma, 97-132.
- Fontanella, F. (2007), in Elio Aristide, *A Roma*. Pisa.
- Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di) (2003), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano.
- Fredricksmeier, E. (2000), “Alexander the Great and the Kingship of Asia”, in Bosworth, A. B., Baynham, E. J. (eds.) *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford, 136-166.
- Gabba, E. (1993), “Storiografia greca e imperialismo romano” (1974) = Id., *Aspetti culturali dell’imperialismo romano*. Firenze, 7-33.
- Gabba, E., (2003), “La successione degli imperi in Dionigi e Appiano”, in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 73-76.
- Gaggero, G. (2018), “Alcune considerazioni sulle quattro monarchie di Daniele e sulle successive riletture cristiane”, in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L’idea di impero universale e la successione degli imperi nell’antichità*. Roma, 333-348.
- Galimberti, A., Zecchini, G. (eds.) (2016), *Studi sull’Epitome di Giustino, III. Il tardo ellenismo. I Parti e i Romani*. Milano.
- Gazzano, F. (2018), “L’impero che non fu. La Lidia nella successione degli imperi”, in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L’idea di impero universale e la successione degli imperi nell’antichità*. Roma, 37-64.
- Gnoli, T., Muccioli, F. (a cura di) (2007), *Incontri fra culture nell’Oriente ellenistico e romano*. Milano.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

- Hartog, F. (1991), "Rome et la Grèce: les choix de Denys d'Halicarnasse", in Saïd, S. (ed.) *ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ. Quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque, Actes du Colloque de Strasbourg, 25-27 octobre 1989*. Leiden-New York-København-Köln, 149-167.
- Hartog, F. (2010), "Polybius and the First Universal History", in Liddle, P., Fear, A. (eds.), *Historiae Mundi: Studies in Universal Historiography*. London, 30-40.
- Haubold, J. (2013), *Greece and Mesopotamia. Dialogues in Literature*. Cambridge.
- Lanfranchi, G. B. (2003), "Imperi assiro, babilonese, persiano: continuità e discontinuità", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 27-48.
- Lanfranchi, G. B. (2011), "Gli Assyriakà di Ctesia e la documentazione assira", in Wiesehöfer, J., Rollinger, R., Lanfranchi, G. B. (eds.) *Ktesias' Welt / Ctesias' World*. Wiesbaden, 175-223.
- Lanfranchi, G. B., Roaf, M., Rollinger, R. (eds.) (2003), *Continuity of Empire (?): Assyria, Media, Persia*. Padova.
- Lasserre, F. (1982), *Strabon devant l'Empire romain, Aufstieg und Niedergang der römischen Welt, II.30.1*. Berlin, 867-896.
- Lenfant, D. (2004), in Ctesias de Cnide, *La Perse, L'Inde, autres fragments*. Paris.
- Liddel, P. P., Fear, A. T. (eds.) (2010), *Historiae Mundi. Studies in Universal History*. London – New York.
- Mari, F. (2018), "Il miraggio di Ecbatana. Il dibattito sull'«impero» dei Medi e l'ipotesi di una provenienza iranica per l'idea di *translatio imperii* in Erodoto", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 1-36.
- Marincola, J. (2007), "Universal History from Ephorus to Diodorus", in Id. (ed.) *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden – Oxford, 171-179.
- Martin, P. M. (1993), "De l'universal à l'éternel: la liste des hégémonies dans la preface des *Antiquités romaines*", *Pallas* 39: 193-213.
- Mazza, M. (1999), "Roma e i Quattro Imperi. Temi della propaganda nella cultura ellenistico romana (1996)", in Id., *Il vero e l'immaginato. Profezia, narrativa e storiografia nel mondo Romano*. Roma, 1-42.
- Mazzarino, S. (1966), *Il pensiero storico classico, II*. Bari.
- Mazzarino, S. (19892), *Fra Oriente e Occidente. Ricerche di storia greca arcaica*. (1947), Milano.
- Mendels, D. (1981), "The Five Empires. A note on a Propagandistic Topos", *American Journal of Philology* 102: 321-344.

- Millar, F. (2006), *Rome, the Greek World, and the East. III, The Greek World, the Jews and the East*. Chapel Hill.
- Miller, M. (1971), *The Thalassocracies. Studies in Chronography II*. Albany, NY, 1971.
- Mitov, D. (2007), "Diodorus of Sicily and the Thracian thalassocracies: some notes in connection with the study of Molly Millar", in *Iubilaeus VI. Сборник в памет на Карел и Хермингелд Шкорпил (Iubilaeus VI. In memory of Karel and Herminegild Škorpil)*. Sofia, 45-50.
- Momigliano, A. (1984), "The Origins of Universal History", *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia*, s. III, 12, 1982, 533-560 (= *Settimo Contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma, 77-103).
- Momigliano, A. (1982), "Daniele e la teoria greca della successione degli imperi", in Id., *La storiografia greca*. Torino, 293-301.
- Mora, C. (2003), "Successioni di dinastie e dominio universale nei testi «storiografici» del Vicino Oriente antico. Spunti per una riflessione", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 49-52.
- Morris, I., Scheidel, W. (eds.) (2009), *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford.
- Muccioli, F. (2004), "Il 'Re dell'Asia': ideologia e propaganda da Alessandro Magno a Mitridate VI", in Criscuolo, L., Geraci, G., Salvaterra, C. (eds.) *Simblos 4*. Bologna, 105-158.
- Muccioli, F. (2005), "Aspetti della 'translatio imperii' in Diodoro: le dinastie degli Antigonidi e dei Seleucidi", in Bearzot, C., Landucci, F. (eds.), *Diodoro e l'altra Grecia. Macedonia, Occidente, Ellenismo nella Biblioteca storica*. Milano, 183-222.
- Muccioli, F. (2007), "La rappresentazione dei Parti nelle fonti tra II e I secolo a.C. e la polemica di Livio contro i *levissimi ex Graecis*", in Gnoli, T., Muccioli, F. (a cura di), *Incontri fra culture nell'Oriente ellenistico e romano*. Milano, 87-115.
- Muccioli, F. (2--9), "Letterati greci a Roma nel I sec. a.C. Elementi per una riconsiderazione di Alessandro Poliistore e Timagene", in Conti, S., Scardigli, B. (eds.), *Stranieri a Roma. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Pontignano, 22-23 maggio 2006)*. Ancona, 59-84.
- Muccioli, F. (2013a), *Gli epiteti ufficiali dei re ellenistici (Historia Einzelschriften, 224)*. Stuttgart.
- Muccioli, F. (2013b), "Timagene, un erudito tra Alessandria e Roma. Nuove riflessioni", in Costa, V. (ed.) *Tradizione e trasmissione degli storici frammentari II*. Tivoli, 365-388.

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

- Muccioli, F. (2016), "I Parti (e le regalità greco-battriane e indo-greche) in Pompeo Trogo/Giustino, tra etnografia e storiografia", in Galimberti, A., Zecchini, G. (eds.), *Studi sull'Epitome di Giustino, III. Il tardo ellenismo. I Parti e i Romani*. Milano, 117-147.
- Muccioli, F. (2018), "L'anello debole della catena. L'egemonia macedone nella tradizione antica", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 81-136.
- Olivier, J. H. (1953), "The ruling power: A study of the Roman empire in the second century after Christ through the Roman oration of Aelius Aristides", *Transactions of the American Philological Society* 43/4: 871-1003.
- Parmeggiani, G. (2011), *Eforo di Cuma: studi di storiografia greca*. Bologna.
- Parmeggiani, G. (2012), "Sui fondamenti della tesi antica della paternità anassimenea del *Tricarano*: mimesi stilistica e analogie tra i proemi storiografici di Anassimene di Lampsaco e di Teopompo di Chio (*Ad Anaximenes*, *FGrHist* 72 TT 6, 13; F 1)", *Histos* 6: 214-27.
- Parmeggiani, G. (ed.) (2014), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C.
- Parmentier, E. (2011), in Nicolas De Damas, *Histoires, Recueil de coutumes, Vie d'Auguste, Autobiographie. Textes traduits et commentés par E.P. et Barone*, F.P. Paris.
- Pigon, J. (ed.) (2008), *The Children of Herodotus: Greek and Roman Historiography and Related Genres*. Newcastle.
- Primo, A. (2001), "Valutazioni critiche di Strabone e Posidonio sul dominio di Roma", in Virgilio, B. (ed.) *Studi Ellenistici*, 13, Pisa-Roma, 199-232.
- Roberto, U. (2018), "*Translatio studii et imperii*. Diodoro, Africano e Giovanni Malala sul ruolo dell'Egitto nella storia universale", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 217-262.
- Schepens, G. (1997), "Jacoby's *FGrHist*: Problems, Methods, Prospects", in Most, G.W. (ed.), *Collecting Fragments. Fragmente Sammeln*. Göttingen, 144-172.
- Schepens, G. (1998), "Prolegomena", in Id. (ed.), F. Jacoby, *Die Fragmente der Griechischen Historiker Continued (= FGrHistCont.)*, Part Four, *Biography and Antiquarian Literature: IV A/1 (Biography. The Pre-Hellenistic Period)*, by Bollansée, J., Engels, J., Schepens, G., Theys, E., Leiden-Boston-Köln, VII-XXI.
- Schepens, G. (2000), "Probleme der Fragmentedition", in Reitz, C. (ed.), *Vom Text zum Buch*. St. Katharinen, 1-29.

- Sheridan, B. (2010), "Diodorus' Reading of Polybius' Universalism", in Liddel, P. P., Fear, A. T. (eds.), *Historiae Mundi. Studies in Universal History*. London – New York, 41-55.
- Sisti F., Zambrini (2001), in Arriano, *Anabasi di Alessandro I*. Milano.
- Sisti F., Zambrini (2004), in Arriano, *Anabasi di Alessandro II*. Milano.
- Sordi, M. (1984), "La lettera di Aristotele ad Alessandro e i rapporti tra Greci e Barbari", *Aevum* 58: 3-12.
- Sordi, M., Urso, G., Dognini, C., (1999), "L'Europa nel mondo greco e romano: ideologia e valori", *Aevum* 73: 3-19.
- Sordi M. (2003), "Il problema della successione degli imperi tra Pompeo Trogo e Orosio", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 77-84.
- Swain, S. (1940), "The Theory of the Four Monarchies. Opposition History under the Roman Empire", *Classical Philology* 35: 1-12.
- Swain, S. (2013), *Themistius, Julian, and Greek Political Theory under Rome*. Cambridge.
- Traina, G. (2018), "L'impero romano nel *Proemio* di Appiano", in Cresci, L.R., Gazzano, F. (a cura di), *De Imperiis. L'idea di impero universale e la successione degli imperi nell'antichità*. Roma, 191-204.
- Troiani, L. (2003), "Il *Libro di Daniele* e la successione degli imperi", in Foraboschi, D., Pizzetti, S. (a cura di), *La successione degli imperi e delle egemonie nelle relazioni internazionali*. Milano, 61-72.
- Tully, J. (2014), "Ephorus, Polybius, and τὰ καθόλου γράφειν: Why and How to Read Ephorus and his Role in Greek Historiography without Reference to 'Universal History'", in Parmeggiani, G. (ed.), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C., 153-175.
- Tuplin, Ch. (2014), "The Sick Man of Asia", in Parmeggiani, G. (ed.), *Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography*. Washington D.C., 211-238.
- Vannicelli, P. (2001), "Herodotus' Egypt and the foundations of universal history", in Luraghi, N. (ed.) *The Historian's Craft in the Age of Herodotus*, 211-240.
- Vattuone, R. (1998), "Le dimensioni "universali" della storiografia greca fra Erodoto e Teopompo", In Aigner-Foresti, L. (ed.) *L'ecumenismo politico nella coscienza dell'Occidente (Bergamo, 18-21 settembre 1995)*. Roma, 57-96.
- Walbank, F. W. (1957), *A Historical Commentary on Polybius, I*. Oxford.
- Walbank, F. W. (2002), *Polybius, Rome and the Hellenistic World. Essays and*

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Reflections. Cambridge.

Wickersham, J. (1994), *Hegemony and the Greek Historians*. Lanham, Maryland.

Woolf, G., (2001), "Inventing Empire in Ancient Rome", in Alcock, S. E., D'Altroy, T. N., Morrison, K. D., Sinopoli, C. M. (eds.), *Empires, Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge, 311-322.

Woolf, G. (2014), *Roma. Storia di un impero*. Ed. italiana a cura di Traina, G., traduzione di De Siena, A. Torino.

ZecchiniE, G. (1988), "Una nuova testimonianza sulla *translatio imperii* (Aristosseno, *Vita di Archita*, fr. 50 Wehrli)" *Klio* 70: 362-371.

APPENDICE

LISTE

A. Gli Imperi

- Erodoto (I 95; 106-107; 130; 177-8; cfr. I 7; 53; 184): Assiri – Medi – (Lidi – Babilonesi) – Persiani
- Ctesia (F 1 b, F1p δ, F 5, F 8 Lenfant): Assiri – Medi – (Lidi) – Persiani
- Aristotele (?) (*Lettera ad Alessandro sulla politica verso le città*, 3,4): Assiri – Medi – Persiani – (Alessandro)
- Aristotele (*Politica* 1284b): Babilonesi (= Assiri) – Medi – Persiani
- Aristosseno (F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* XII 545a-546b): Assiri – Medi – Lidi – Persiani
- Aristosseno (F 50 Wehrli = Athen. *Deipn.* XII 545a-546b): Assiri – Medi – Persiani
- Demetrio Falereo (F 81 Wehrli = Polyb. XXIX 21; cf. Diod. XXXI 10): Persiani – Macedoni (sulla caduta degli Imperi)
- Polibio (XXIX 21): Persiani – Macedoni – Romani
- Emilio/Mamilio Sura, *De annis populi Romani* (= Velleio Patercolo, I 6,6): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Diodoro (II 32, 1-3; XXXI, 14; XXXII f. 2): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Nicola di Damasco (e.g. F 22, F 66 Parmentier): Assiri – Medi – (Lidi) – Persiani
- Alessandro Poliistore, *FGrHist* 273 F 81: Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti
- Strabone (XI 13,5): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni (Seleucidi) – Parti
- Strabone (XV 23,2): Assiri – Medi – Lidi – Persiani
- Velleio Patercolo (I 6,1) Assiri – Medi
- Pompeo Trogo *Prologus libri I*; (Giustino, *Epitome delle Storie Filippiche* di Pompeo Trogo, X 3,7; XII 7,4; XXX, 4,16; XL 2,5; XLI, 1,1): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani/Parti
- Agatarchide di Cnido (*Sul Mar Rosso*, F 17 Müller): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni
- Tacito (*Hist.* V 8): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – (Romani/Parti)
- Appiano (VIII [*Punica*] 132): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani
- Arriano (*Anab. Alex.* II 6,7): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni
- Eusebio (*Chronicon*, pp. 98-106 Aucher): Assiri – Medi – Lidi – Persiani

L'idea della *translatio imperii* nella storiografia ellenistica e romana: un modello interpretativo fra storia e propaganda politica

Agazia (*Storie*, II 25, 4-9): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Parti

Giovanni Malala (*Chronogr.* pp. 153-156 Dindorf = VI 5-11 pp. 119-122 Thurn: Lidia): Assiri – Lidi – Persiani

B. Le Egemonie greche

Anassimene di Lampsaco / Teopompo (?), *Trikaranos* (*FGrHist* 72 T 6 = *FGrHist* 115 T 10 = Paus. VI 18,5; cfr. Aristid. *or.* XXVI 50-51): Atene – Sparta – Tebe

Eforo (*FGrHist* 70 F 118 = Strabo VIII 5, 5): Sparta – Tebe – Macedonia

Polibio (XXXVIII 2): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia

Rhetorica ad Herennium (IV 32): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia

Strabone (VIII 5,5): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia – Roma

[Pausania (VI 18,2): Atene – Sparta – Tebe (*Trikaranos*)]

C. Doppie liste (Imperi / Egemonie)

Dionigi di Alicarnasso (*Ant. rom.* I 2, 2): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani (I)

Dionigi di Alicarnasso (*Ant. rom.* I 2, 3): Atene – Sparta – Tebe – Roma(E)

Appiano (*Praef.* 8): Atene – Sparta – Tebe – Macedonia (Filippo) – Roma (E)

Appiano (*Praef.* 9): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni (Alessandro) – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 15-23, 24-27): Persiani – Macedoni (Alessandro/Diadochi) – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 91 e *Panatenaico*, 335): Assiri – Medi – Persiani – Macedoni – Romani (I)

Elio Aristide (*A Roma*, 40-57): Atene – Sparta – Tebe – Roma (E)

Claudiano (*De consulatu Stilichonis*, III 160-166): Atene – Sparta – Tebe – Roma (E)

Claudiano (*De consulatu Stilichonis*, III 162-167): Assiri – Persiani – Macedoni – Romani (I)

D. La lista di Polibio

Polibio (I 2,1): Persiani – Sparta – Macedoni – Roma

E. La lista di Ampelio

Ampelio (*Liber memorialis*, X): Assiri – Medi – Persiani – Sparta – Atene – Macedoni – Romani